

CAFUNÉ DE MÃE.

FECOMERCIO-SP

Qualicorp

PROTEJA O ESSENCIAL

com um plano de saúde
que cabe no seu bolso.

Só com a Qualicorp e com a FECOMERCIO-SP
você, **Empregador do Comércio**, tem condições
especiais na adesão de um dos melhores planos
de saúde do Brasil.

A partir de:

R\$ **107**¹

SulAmérica
Saúde

bradesco
saúde

Central Nacional
Unimed

amil

Grupo
NotreDame
Intermédica

Ligue:
0800 799 3003

Se preferir, simule seu plano em
qualicorp.com.br/oferta.

*R\$106,78 - Plano Smart 200 SP CA CP Enf (registro na ANS nº 477.827/17-8), do Grupo NotreDame Intermédica, faixa etária até 18 anos, com coparticipação e acomodação coletiva, abrangência geográfica de atendimento municipal (tabela de Outubro/2020 - SP). A disponibilidade e as características da rede médica e/ou do benefício especial podem variar conforme a operadora de saúde escolhida e as condições contratuais do plano adquirido. Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das respectivas operadoras de saúde. Os preços e as redes estão sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras de saúde, respeitadas as condições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Março/2021.

Os produtos do Grupo NotreDame Intermédica são comercializados pela empresa Clube de Saúde. A empresa Clube de Saúde faz parte do Grupo Qualicorp.

SulAmérica:
ANS nº 006246

Bradesco Saúde:
ANS nº 005711

Central
Nacional Unimed:
ANS nº 339679

Amil:
ANS nº 326305

Grupo
NotreDame Intermédica:
ANS nº 359017

Clube de Saúde:
ANS nº 419290

Qualicorp
Adm. de Benefícios:
ANS nº 417173



8

Capa
SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA COMO POLÍTICAS UNIVERSAIS

16

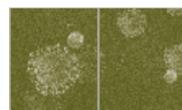
Entrevista
LUIZA TRAJANO FALA DA UNIÃO DA SOCIEDADE EM PROL DA VACINA

20

Artigo
"ATÉ 2022 É TEMPO DEMAIS",
POR ANTHONY W. PEREIRA

22

Ciência
UNIÃO PARA ENFRENTAR
A PANDEMIA



26

Segurança Pública
CRIMES SOFISTICADOS CRESCEM NO INTERIOR DO BRASIL

32

Artigo
"É O FIM DO PROJETO LIBERAL?",
POR ANTONIO LANZANA

33

Artigo
"A DESORDEM COMO NORMA",
POR PAULO DELGADO

34

Saúde
ISOLAMENTO, LUTO E MEDO FRAGILIZAM SAÚDE MENTAL



38

Artigo
"VENEZUELIZAÇÃO DO BRASIL",
POR DANIEL BUARQUE

40

Comportamento
CLÓVIS DE BARROS FILHO E MONJA COEN:
COMO TRANSFORMAR A REALIDADE

44

História
PRINCESA ISABEL E OS 150 ANOS DA LEI DO VENTRE LIVRE



46

Charge
POR JEAN GALVÃO

RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL

Projetos socioambientais isolados e ausência de uma política de governança transparente com princípios claros de sustentabilidade indicam o quanto uma companhia pode estar fadada ao desaparecimento. Isso porque, nos últimos tempos, a forma como o setor privado lida com os recursos naturais deixou de ser encarada como uma das suas frentes de atuação. Tornou-se, ao contrário, a chave do seu processo de produção e do seu relacionamento com o mercado.

Não à toa os chamados "critérios ESG", sigla em inglês que significa *Environmental, Social and Governance* (ambiental, social e de governança), estão ditando os rumos dos negócios e investimentos na comunidade internacional. A reportagem de capa desta edição de **Problemas Brasileiros** mostra como gestores de recursos vêm atuando diante desta nova realidade. O mundo precisou encarar as dores de uma pandemia para entender que não se pode gerar riqueza sem atentar para os impactos causados em todos os envolvidos em uma cadeia de produção. É o caminho para a criação de valor de forma compartilhada e sustentável. "Ou mudamos drasticamente o nosso comportamento ou seremos responsabilizados pelas tragédias que estarão por vir", enfatizou o engenheiro Klaus Schwab, fundador do Fórum Econômico Mundial, na reunião deste ano em Davos.

Olhando para a situação brasileira, estamos na fila de espera. Em relação ao governo, almeja-se uma condução mais assertiva no enfrentamento do covid-19. Afinal, estamos sob olhares internacionais – e as atitudes do Estado vão determinar a atração (ou não) de investimentos necessários para a retomada econômica. Em meio a tantas medidas questionáveis, nossa sociedade vem alternando sentimentos de esperança e descrença. Por isso, é hora de garantir ao País as credenciais de um gigante detentor de ativos ambientais e econômicos únicos no mundo – características que deveriam nos colocar em vantagem na adoção da agenda ESG.

Não há mais como levantar uma bandeira sem que a sua haste esteja cravada na cultura empresarial responsável. Enquanto isso – e se demorar muito – continuaremos a nos perder pelos ralos que sugam os nossos recursos essenciais, eliminando oportunidades de crescimento e progresso.

ABRAM SZAJMAN,
presidente da Federação do
Comércio de Bens, Serviços e
Turismo do Estado de São Paulo
(FecomercioSP), entidade gestora
do Sesc-SP e do Senac-SP

FECOMERCIO SP

PRESIDENTE Abram Szajman

SUPERINTENDENTE Antonio Carlos Borges

TUTU

www.agenciaturu.com.br

REDAÇÃO

Rua Santa Cruz, 722, 5º andar
CEP 04122-000
São Paulo/SP | (11) 3170-1571

PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA Demian Russo

DIRETORA DE CONTEÚDO Elisa Klabunde

EDITOR Lucas Mota MTB 46.597/SP

EDITOR-ASSISTENTE Eduardo Ribeiro

REPÓRTERES Filipe Lopes e Gabriela Almeida

REVISÃO Bruna Baldini e Flávia Marques

DIRETORES DE ARTE Clara Voegeli e Demian Russo

EDITOR DE ARTE Carolina Lusser

DESIGNERS Bruck Nogueira, Cintia Funchal, Estêvão Vieira, Joélson Buggilla, Jônia Caon e Paula Seco

COLABORAM NESTA EDIÇÃO Agência BORI, Anthony W. Pereira, Antonio Lanzana, Augusto Filadelfo, Daniel Buarque, Fabiola Correa, Herbert Carvalho, Juliana Rangel, Moura Leite Netto, Paulo Delgado e Roseli Loturco

RELAÇÕES PÚBLICAS

Maria Izabel Collor de Mello

CAPA Joélson Buggilla

CONSULTORIA DE CONTEÚDO André Rocha

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem a opinião da PB. Sua publicação tem como objetivo privilegiar a pluralidade de ideias acerca de assuntos relevantes da atualidade.

www.revistapb.com.br

FALE COM A GENTE publicacoes@fecomercio.com.br

IMPRESSÃO Pigma



PB | #463

Os desafios socioambientais escancarados pela pandemia e o ingresso dos millennials ao mundo dos negócios trouxeram uma nova reflexão sobre as relações entre a sociedade, as empresas e a natureza. Os jovens investidores não enxergam valor em negócios que não tenham, genuinamente, em seu DNA o compromisso com as causas sociais, ambientais e de governança (ESG, na sigla em inglês). Neste novo ecossistema, todos devem assumir a responsabilidade pelo cuidado com o planeta.



Forest: Verge Pres. Manquenthya - Johann Moritz Rugendas (1855)

BRASIL VISTO DE FORA

ESTREIA EM ABRIL

São 8 entrevistas com especialistas e estudiosos de todo o mundo. Confira no Canal UM BRASIL e no podcast da revista PB.

Uma série produzida pela revista PB e pelo Canal UM BRASIL

APRESENTAÇÃO

DANIEL BUARQUE, jornalista e especialista em estudos da imagem do Brasil

UM BRASIL
WWW.UMBRASIL.COM



@canalumbrazil

PB
WWW.REVISTAPB.COM.BR

OUÇA O PODCAST REVISTA PB



UMA REALIZAÇÃO

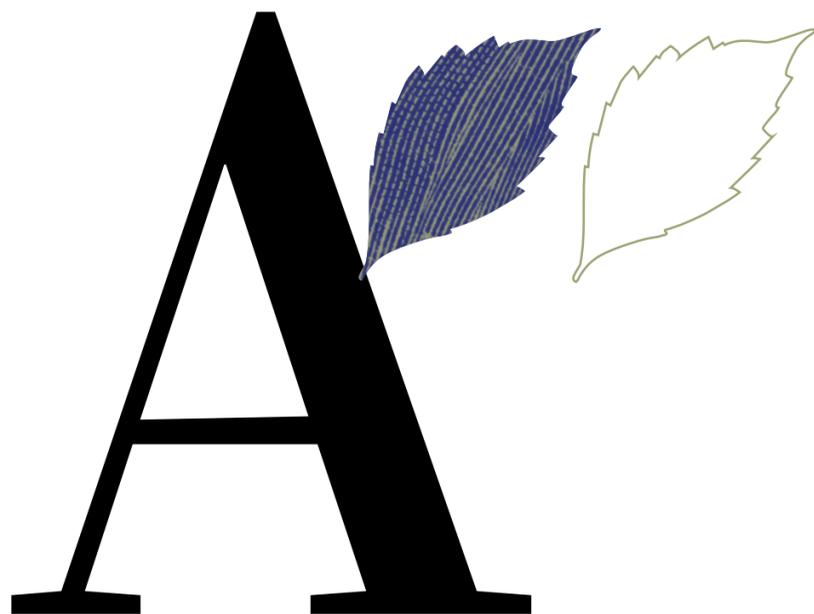
FECOMERCIO SP



NOVA ERA DE INVESTIMENTOS RESPONSÁVEIS

A pandemia do coronavírus expôs as fragilidades socioambientais do planeta e trouxe rigor ao modo como empresas, mercado financeiro e a própria sociedade tratam essas temáticas. Desta forma, o conceito de ESG chega para impor a urgência da implementação de uma agenda propositiva por parte do setor privado. Reduzir impactos negativos causados à natureza agora se reflete com mais força no universo das finanças.

texto ROSELI LOTURCO



A nova geração de investidores, os millennials [pessoas nascidas entre 1985 e o fim dos anos 1990], passou a cobrar mais compromisso das empresas em relação às causas socioambientais e de governança – *Environmental, Social and Governance* (ESG), na sigla em inglês. Refletindo essa nova onda de pensamento, em sua carta ao mercado, no ano passado, Larry Fink, CEO da maior gestora de recursos do mundo – US\$ 8,6 trilhões –, a BlackRock, deu o tom. A gestora detalhou o seu compromisso de incorporar a sustentabilidade tanto na gestão como na avaliação de riscos. Sua convicção é a de que essa nova postura ajude os investidores a construam portfólios mais resilientes e a alcancarem melhores retornos de longo prazo, ajustados ao risco.

O reforço veio no Fórum Econômico Mundial, em janeiro deste ano, cujo tema central foi ESG. O recado, desta vez, foi para governos, empresas e pessoas. “O propósito de uma empresa é engajar todos os seus stakeholders [todo o universo de relacionamento dentro e fora da empresa] para criação de valor de forma compartilhada e sustentável. Ou mudamos drasticamente o nosso comportamento ou seremos responsabilizados pelas tragédias que estarão por vir”, disse o engenheiro alemão Klaus Schwab, fundador do Fórum

Econômico Mundial, na última reunião em Davos. Como as empresas e o mercado financeiro simbioticamente se retroalimentam e são impulsionados pelas vontades do investidor, a nova ordem chegou ao Brasil com certo atraso em relação a países europeus e aos Estados Unidos. Mesmo assim, ações concretas vêm sendo aceleradas da segunda metade de 2020 para cá.

A BlackRock, que hoje tem globalmente cerca de 5,6 mil estratégias de investimentos e consultivas integradas ao ESG – somando US\$ 2,7 trilhões em ativos, até 30 de dezembro de 2020 –, introduziu 93 novas soluções sustentáveis no ano passado, para ajudar as empresas a alocarem US\$ 39 bilhões em investimentos ESG, o que elevou os ativos sustentáveis dos clientes em 41% desde 31 de dezembro de 2019. “Os investidores estão cada vez mais considerando estas questões e reconhecendo que o risco climático é um risco de investimento. Esse cenário acarreta uma reavaliação profunda do risco e do valor dos ativos. Como os mercados de capitais projetam ameaças futuras, veremos mudanças significativas na alocação de capital ocorrerem mais rapidamente do que as transformações no clima”, afirma Carlos Takahashi, CEO da BlackRock no Brasil.

Takahashi grifa que muitas pessoas pensavam que o covid-19 atrasaria a mudança em direção ao investimento sustentável, mas aconteceu exatamente o contrário. O impulso aumentou globalmente. Ao longo de 2020, empresas com melhor perfil ambiental, social e de governança tiveram desempenho superior em relação aos seus pares. Dados da própria BlackRock mostram que 81% de uma seleção global de índices sustentáveis (compostos por empresas que adotam práticas ESG) tiveram um desempenho acima do esperado em relação aos índices de referência do mercado de capitais (como Ibovespa e S&P 500).

“A NOVA GERAÇÃO NÃO VAI OLHAR APENAS RISCO E RETORNO, MAS TAMBÉM DE QUE FORMA OS RESULTADOS SÃO OBTIDOS. E ISSO AJUDARÁ A MUDAR A INDÚSTRIA FINANCEIRA E AS EMPRESAS.”

CARLOS TAKAHASHI, CEO da gestora de recursos BlackRock no Brasil

PRÁTICAS E PRODUTOS

A nova geração de investidores vem mudando também a forma como gestores se relacionam com os seus clientes. Canais de distribuição alternativos, educadores financeiros, gestores de recursos e grandes bancos de varejo estão precisando se reinventar no relacionamento com seus stakeholders. “O desenvolvimento do ecossistema pressiona por produtos financeiros ESG. A nova geração não vai olhar apenas risco e retorno, mas também de que forma os resultados são obtidos. E isso ajudará a mudar a indústria financeira e as empresas”, indica Takahashi.

Em 2020, globalmente, a BlackRock mais do que duplicou a sua plataforma de produtos de investimentos sustentáveis ativos, elevando o total para 71 estratégias por meio de ações, renda fixa e outras alternativas. Isto inclui seis novas estratégias de impacto de ações ativas para clientes institucionais e de varejo em mercados selecionados. No Brasil, com a mudança regulatória em 2020, que permitiu a negociação das BDRs (*Brazilian Depositary Receipt* – sigla em inglês para “certificado de depósito de ações de companhias estrangeiras”), na B3, a gestora apostou nesta estratégia, como também nas ETFs (*Exchange-traded Fund* – sigla em inglês para “fundos que replicam o desempenho de determinados índi-

ces”) globais da BlackRock, que usam ativos financeiros de ESG e que começaram a ser comercializados no mercado local. “Desde o início das negociações, verificamos que quase metade do volume negociado foi de um ETF com estratégia ESG, mostrando claramente que temos uma demanda por investimentos como esse”, conta Takahashi.

O Bradesco, que tem um fundo de sustentabilidade negociado desde 2007, também admite que o tema ganhou tração no ano passado devido à pandemia. Na sua avaliação, o mercado brasileiro sempre se preocupou mais com a governança das empresas do que com o meio ambiente e o social, por causa do histórico de destruição de valor de companhias como Petrobras, Oi e Smiles. “O brasileiro sempre olhou o ‘G’ e agora começa a olhar também o ‘E’ e o ‘S’. Hoje, o interesse dos millennials é muito maior no ‘E’”, avalia Rodrigo Santoro, *head* de Análise de Renda Variável e Crédito da Bradesco Asset Management (Bram). Pesquisa da Morgan Stanley confirma ao apontar que 95% dos millennials têm interesse em investir em ativos sustentáveis. De olho nisso, a Bram trabalha no engajamento das companhias.

Mais quatro fundos ESG foram lançados pelo Bradesco nos últimos seis meses; juntos, captaram



“O PROPÓSITO DE UMA EMPRESA É ENGAJAR
TODOS OS SEUS STAKEHOLDERS [TODO O
UNIVERSO DE RELACIONAMENTO DENTRO E
FORA DA EMPRESA] PARA CRIAÇÃO DE VALOR DE
FORMA COMPARTILHADA E SUSTENTÁVEL.”

KLAUS SCHWAB, engenheiro, fundador do Fórum Econômico Mundial

R\$ 350 milhões até o fim de 2020. Só no fundo de renda variável ESG, figuram 36 empresas contempladas, entre Natura, CPFL, Klabin, Brasil Bolsa Balcão (B3) e São Martinho. Mesmo que o percentual ainda represente pouco diante do total de R\$ 529 bilhões que possui sob gestão, o executivo defende que a participação ESG vai aumentar de forma acelerada e que já aplica *rating* ESG em 99,5% dos ativos que compõem a sua carteira.

Nesta corrida, a XP lançou 13 fundos ESG, entre os de gestão própria e em parceria com outras gestoras, o que fez com que o Patrimônio Líquido (PL) desses fundos saltasse de R\$ 50 milhões em junho de 2020 para R\$ 516 milhões no fechamento do ano, com mais de 20 mil investidores. Na esfera da *asset*, destinaram ainda R\$ 100 milhões em *seed money* para incentivar gestoras independentes a estruturarem seus fundos ESG. Seus mais de 7 mil agentes autônomos também recebem capacitação para oferecer investimentos com foco ESG aos clientes.

Outro fundo da casa, que começou a negociar no fim do ano passado, é o Trend ESG Global, ligado a três ETFs da BlackRock. “Eles são referência em ESG, e foi a voz do Larry Fink que começou a falar sobre o quanto é importante gerir patrimônio baseado em riscos sociais e ambientais”,

afirma Marta Pinheiro, diretora ESG da XP Inc. A XP deve lançar novos produtos temáticos no decorrer deste ano.

O BTG Pactual (BPAC11), maior banco de investimentos da América Latina, aderiu, no dia 22 de janeiro deste ano, ao Sustainable Bond Network da Nasdaq, banco de dados da bolsa eletrônica norte-americana que reúne as informações sobre as principais emissões de *bonds* sustentáveis no mundo. O banco cadastrou sua captação de US\$ 500 milhões em *green bonds*, realizada um mês antes, ao lado de outras duas emissões menores em 2020, e se tornou a primeira instituição financeira da América Latina a integrar a lista. “Além do *green bonds*, só neste ano, o BTG lançou um fundo de *private equity* de R\$ 1 bilhão, em janeiro, que é um fundo de impacto que vai investir em empresas com consequências social e ambiental. E, em outubro de 2020, colocamos no mercado um fundo de ETF em ESG, listado em Bolsa e que contempla 96 empresas ranqueadas em critérios ambientais, sociais e de governança, de acordo com a metodologia da S&P Dow Jones”, afirma Rafaella Dortas, diretora de ESG do BTG Pactual.

MITIGAR RISCOS

No ano passado, foram lançados globalmente 200 fundos de ETF, que captaram US\$ 97 bilhões, totalizando US\$ 189 bilhões em PL neste tipo de fundo, um avanço de 223% em relação a 2019, segundo dados da Nasdaq. Um desses lançamentos foi o do BTG e aconteceu na B3, o que fez com que o volume negociado nos índices de referência em ESG da Bolsa dobrasse. No País, são quatro ETFs de ESG, que fecharam 2020 com R\$ 255 milhões em PL. Para as gestoras de recursos, os ETF de ESG, além de serem comprometidos com as práticas socioambientais e de governança, servem para diversificar e mitigar risco do investimento, pois está pulverizado em ativos de diferentes empresas.

Já o Itaú, dono de dois outros fundos de ETF negociados na B3 desde 2011 (ISUS11 e do GOVE11), lançou no fim de 2020 outros dois fundos temáticos internacionais: o ESG de ETF de água, com 50 empresas globais, e o de energia limpa, com 30 empresas globais. “Vamos agora envolver empresas brasileiras, construindo produtos que façam sentido dentro do que a gente já tem”, adianta Renato Eid, *head* de estratégia beta e integração ESG da Itaú Asset.

O COBIÇADO SELO DO SISTEMA B

Hoje, mais de 5,8 mil empresas brasileiras passam por uma primeira etapa para conquistarem o certificado B. Elas são de diferentes portes e setores. Como enxergam o seu papel econômico de forma diferente, querem minimizar os impactos socioambientais que causam para torná-los positivos. Além disso, almejam dar transparência à sua governança corporativa, com a adoção de processos rígidos de controle de riscos. São companhias que entendem que só poderão ter sustentabilidade no longo prazo gerando valor aos stakeholders e à própria empresa se incorporarem práticas ESG à cultura de sua operação em todos os níveis hierárquicos. Para elas, fazer parte do Sistema B e conseguir atingir métricas mínimas de avaliação podem significar status de seriedade. “Há uma busca crescente por parte das empresas que querem mensurar o seu impacto. E esse número dobrou na pandemia, especialmente entre as grandes. Dentre as que nos procuraram em 2020, oito são de capital aberto”, conta Francine Lemos, diretora-executiva do Sistema B Brasil.

O Sistema B e seu certificado de qualidade foram criados em 2009 pela B Lab, nos Estados Unidos, e, hoje, conta com uma rede global. Mais de 80 mil empresas já utilizaram as ferramentas de mensuração de impacto B. Só 3.821, de 74 países, atingiram tal certificação. Desse total, 200 estão no Brasil, segundo dados da representação brasileira. O número de empresas certificadas ainda é muito pequeno, na visão de especialistas. “Infelizmente, ainda é muito pouco. Contudo, a boa notícia é que muitas empresas conseguem se nortear pelos princípios do Sistema B mesmo sem se certificarem. E esta é uma busca que vai crescer muito e que é de extrema relevância”, avalia Aron Zylberman, diretor-executivo do Instituto Cyrela e membro do Conselho de Sustentabilidade da FecomercioSP.

O Sistema B não certifica intenções; somente práticas reais por meio de métricas, que recebem notas. A pontuação vai de 1 a 200, e para obter o certificado é preciso alcançar o mínimo de 80 pontos em cinco aspectos: governança, meio ambiente, colaboradores, fornecedores (incluindo comunidades do entorno) e modelo de negócio e seus impactos.

FUNDOS DO EXCHANGE-TRADED FUNDS (ETF) LANÇADOS EM 2020

» 200

CAPTAÇÃO

» US\$ 97 bilhões

TOTAL EM PATRIMÔNIO LÍQUIDO

» US\$ 189 bilhões

CRESCIMENTO EM RELAÇÃO A 2019

» 223%

Com dados da Nasdaq

SISTEMA B

Mais de **80 mil** empresas já utilizaram as ferramentas de mensuração de impacto B

Só **3.821**, de **74 países**, atingiram o nível requerido para certificação

Desse total, apenas **200** estão no Brasil

Com dados da representação brasileira



NÃO BASTA O MODISMO

A Fama, gestora pioneira em defender a incorporação dos conceitos ESG nos investimentos, diz que não basta adotar tais práticas. Elas precisam estar encaixadas na cultura e nos processos decisórios em todos os níveis da empresa. Em 1983, quando Fabio Alperowitch, sócio e fundador da Fama, já levantava esta bandeira, não era levado muito a sério. No entanto, foi nesta data que Alperowitch lançou o fundo ESG mais antigo do mercado brasileiro, atualmente com 16 empresas listadas, PL total de R\$ 2,8 bilhões e um dos produtos de investimentos mais cobiçados do mercado devido à alta rentabilidade. Até agora, o fundo tem entregado 21% de ganho médio anual, enquanto o resultado do Ibovespa, no mesmo período, tem sido de 13% em média ao ano. Composto só por companhias nacionais como Fleury, Klabin e NotreDame, tem 80% de investidores estrangeiros (europeus, canadenses e norte-americanos) e 20% brasileiros.

Apesar de se irritar com o que chama de “modismo ESG”, o gestor vê avanços. Para ele, mais do que avaliar as condutas e práticas das empresas que escolhem para compor os portfólios de investimentos, as gestoras devem buscar os seus próprios certificados, que as credenciam nas mesmas práticas que avaliam o mercado. Ter o selo do Sistema B (certificação dada pela empresa norte-americana B Lab) é um deles. No Brasil, apenas 200 empresas o possuem [veja no box 1]. “A Fama tem esta certificação porque nossa

gestora também é ESG”, garante Alperowitch.

Longe do modismo citado por Alperowitch, a Quasar tem como meta que todos os fundos administrados pela *asset* se enquadrem em ESG até 2023. Com uma carteira total de R\$ 3 bilhões de recursos administrados, sendo R\$ 1,2 bilhão em fundos líquidos de crédito, a gestora desenvolveu métrica específica de análise de risco ESG e estruturou uma política interna de investimento socioambiental. “Nossas análises levarão em consideração, além dos aspectos financeiros, os critérios ESG. Hoje, nos fundos líquidos, mais de 70% já têm este enquadramento”, afirma Carlos Lima, sócio e gestor dos fundos líquidos da Quasar. Além disso, a gestora é signatária da plataforma Investidores Pelo Clima e obteve em novembro seu certificado de neutralização de carbono, concedido pela Moss.Earth.

Com a proposta de popularizar e diminuir a desigualdade no mundo dos investimentos, a Warren é uma gestora conhecida no mercado pela campanha de aplicações simbólicas a partir de R\$ 1, até mesmo em produtos sofisticados como os de ESG. Na opinião de Igor Cavaca, analista de Investimentos da Warren, estratégias ESG têm gerado “Alfa” para as empresas, o que, no jargão de mercado, significa que são mais bem avaliadas por investidores e gestoras, elevando seus valores de mercado. E o contrário também acontece. “Há algumas semanas, vimos o poder de o

governo interferir na administração de uma estatal – Petrobras –, o que gerou perda gigantesca de valor de mercado não só para ela, mas para a maior parte das estatais. Porque ele interferiu na governança da empresa”, analisa Cavaca.

Dos fundos próprios que comercializa na plataforma, dois são ESG, os quais têm temáticas específicas: Warren Equals e Warren Green. O primeiro é formado por ações de empresas globais com políticas de equidade de gênero. Já o segundo reúne empresas nacionais e internacionais, reconhecidas por boas práticas sociais, ambientais e de governança. “O Warren Equals foi lançado em março de 2020, mês da mulher, com empresas brasileiras, como Magazine Luiza, e estrangeiras. O fundo tem entre 20 e 25 empresas e rendeu 31,44% desde o lançamento”, diz Cavaca. Já o Green, que tem entre 25 e 30 empresas nacionais e estrangeiras, lançado em outubro de 2019, acumulou 41,32% de rentabilidade em 2020, enquanto o Ibovespa rendeu 3,17%. A rentabilidade desses fundos mostra claramente a geração de valor para essas empresas, acima das de referência de mercado que compõem o Ibovespa”, conclui.

Com os lançamentos frenéticos de produtos de investimentos em ESG, o Brasil busca não só atender aos anseios e às exigências dos jovens investidores, mas, também, se alinhar à nova ordem global, que impõe uma agenda sem volta.

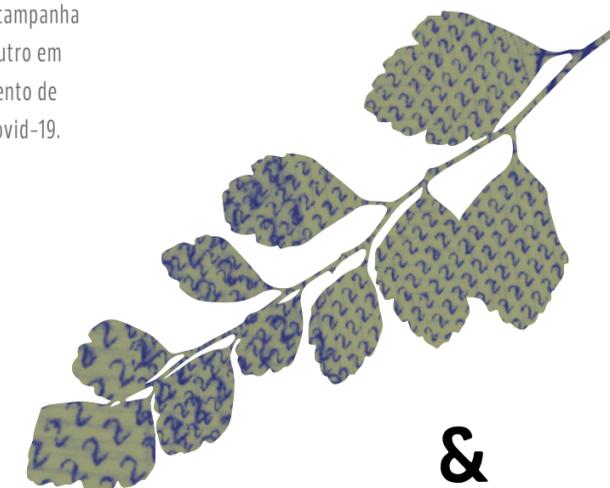
EXEMPLO AMBIENTAL

Listada pela primeira vez no índice Dow Jones de Sustentabilidade, em fevereiro deste ano, a Klabin, maior produtora e exportadora de papéis para embalagens do Brasil, agora faz parte de um seleto grupo de empresas globais reconhecidas por suas práticas ESG. A companhia de base florestal, que também compõe os índices de sustentabilidade da B3, possui mais de 500 mil hectares de florestas – o que representa 43% de áreas preservadas. Por lei, teria obrigação de preservar 20% do total do bioma da Mata Atlântica, onde mantém a sua base de produção. A empresa tem saldo de 4,7 milhões de toneladas de carbono positivo (CO₂ equivalente) e, de 2003 para cá, reduziu 60% das emissões de carbono.

Na parte social, destinou R\$ 15 milhões a ações voltadas a saúde, assistência social e geração de renda em mais de 30 municípios em todo o País, além da compra de equipamentos para abertura de um hospital de campanha em Telêmaco Borba (PR) e outro em Goiana (PE), para o atendimento de pacientes infectados pelo covid-19.

“Há quatro anos, incluímos pessoas de sustentabilidade em reuniões com investidores. De um ano para cá, intensificamos essa participação”, garante Marcos Maciel, gerente de Relações com Investidor.

Signatária da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), a Klabin tem publicado todas as metas que vem atingindo e seus Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODSs). Em janeiro deste ano, fez uma emissão de títulos de dívida (*bond*) de US\$ 500 milhões, vinculados às metas ESG a serem cumpridas até 2025.





LUIZA TRAJANO

entrevista
JULIANA RANGEL

DONA DE UMA RECONHECIDA TRAJETÓRIA EMPRESARIAL E UMA DAS VOZES FEMININAS MAIS RESPEITADAS DO BRASIL, LUIZA TRAJANO ESTÁ SEMPRE ALINHADA ÀS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS. À FRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO MAGAZINE LUIZA, VEM PROTAGONIZANDO INICIATIVAS EM PROL DE CAUSAS COMO O COMBATE AO FEMINICÍDIO E A PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE NAS EMPRESAS. E SE PREPARA PARA MAIS: A SUA PRÓXIMA LUTA É O PROJETO DE AUMENTAR AS OPORTUNIDADES PROFISSIONAIS PARA PESSOAS ACIMA DE 50 ANOS. EM ENTREVISTA AO CANAL UM BRASIL, UMA REALIZAÇÃO DA FECOMERCIO-SP, E PUBLICADA COM EXCLUSIVIDADE PELA *PROBLEMAS BRASILEIROS*, A CONVIDADA FALA, ENTRE OUTROS ASSUNTOS, DE SEU ENVOLVIMENTO NOS DEBATES SOCIAIS, RACIAIS E POLÍTICOS, ALÉM DE COMPARTILHAR A EXPERIÊNCIA DO MOVIMENTO UNIDOS PELA VACINA, O QUAL FUNDOU COM O OBJETIVO DE COLABORAR COM A IMUNIZAÇÃO CONTRA O COVID-19 NO PAÍS.

É comum ouvir executivos falarem sobre boas ideias, mas ninguém fala sobre os erros. Você já teve alguma ideia que deu muito errado?

Não vejo o erro como algo ruim. Vejo como aprendizado. Lembro-me de erros do passado, mas como me redireciono rápido, só fica o aprendizado. Por exemplo, anos atrás, um de nossos Centros de Distribuição (CDs) foi invadido por ladrões, que levaram o posto bancário [caixa eletrônico]. Assim que aconteceu, falei para Marcelo Silva, que era CEO na época: “Isso foi um aviso, preste atenção, porque pode ser pior”. Meses depois, 40 homens armados entraram no CD novamente e levaram nove dos nossos caminhões. Daquele dia em diante, fui estudar e aprender sobre sistema de segurança de CDs, que era uma coisa que detestava. Era mais fácil ficar reclamando que o País não oferece segurança, mas, em vez disso, fomos ver onde erramos e percebemos que havia muitas falhas. Por vivermos em um país sem segurança, precisávamos fazer nossa parte para melhorar.

Como lida com os altos e baixos da quarentena, em que o comércio abre e fecha as portas?

Sempre fui uma pessoa determinada e rápida nas ações, mas, pela primeira vez, fiquei paralisada. Fiquei dois dias assistindo àquelas imagens e sentindo a impotência de não poder fazer nada. Entretanto, ficou uma lição, principalmente para o Grupo Mulheres do Brasil. Temos um comitê de saúde bem estruturado no grupo, que poderia ter previsto que a vacina seria o único meio de conter a pandemia e estudado para quais países poderíamos ir para comprá-las, ainda em setembro ou outubro do ano passado. Não estou nos culpando pelas mortes, mas temos que aprender com isso para que, na próxima vez que vivermos uma situação parecida, estejamos mais atentas, porque uma pandemia não se vence de outra forma senão com vacina.

Mas você criou o movimento Unidos pela Vacina... O que é esse movimento e como ele vem se estruturando?

Depois que identificamos que poderíamos ter comprado esta ideia da vacina, no fim do ano passado, chegamos ao consenso de que deveríamos lutar por isso, pois até podemos não conseguir, mas não devemos nos omitir. Então, procurei o IDV [Instituto para Desenvolvimento do Varejo], porque achei que a sociedade civil deveria estar unida, e tinha de ter o Grupo Mulheres do Brasil, pelas nossas capilaridades nacional e internacional. Para isso, criamos um grupo com o governo federal para ajudar, entender como estão as compras [das vacinas] e contribuir para destravar isso. Os laboratórios do mundo todo ficaram sabendo do nosso envolvimento, porque temos executivos muito conhecidos que estão trabalhando pessoalmente nisso, como a GOL [Linhas Aéreas] e a Suzano [Papel e Celulose]. O que queremos é a vacinação. Firmamos o compromisso de ter vacina para todos até setembro. Vamos ajudar a montar tendas e colocar ar-condicionado em escolas fechadas para utilizá-las na vacinação. E a resposta da sociedade civil não poderia ser melhor. Todos os dias recebo ligações de empresários oferecendo ajuda. Temos muitas empresas de logística envolvidas no projeto, que podem ajudar o governo a fazer a vacina chegar mais perto da população.

Na crise causada pelo coronavírus, muitas pessoas se envolveram mais na formulação de políticas públicas. Como observa estes movimentos?

A pandemia fez com que o cidadão brasileiro olhasse para o País e entendesse que é o dono dele, do qual deve cuidar. Nunca achamos que o Brasil era nosso. Sempre foi de Portugal, da China ou dos Estados Unidos.

No pico do isolamento social, o Magazine Luiza fez uma série de programas que ajudaram os fornecedores. Como sentiram esta necessidade e, agora, com esta segunda onda da pandemia, como serão as ações neste sentido?

O que mais me deixou contente nas ações do Frederico [Trajano, CEO do Magazine Luiza] e de sua equipe, durante a pandemia, foi que eles cuidaram da receita e do lado humano. O Magazine Luiza entrou na pandemia na melhor fase de sua história. Minha família havia vendido 10% [das ações], que entraram como capital de giro na empresa; estávamos com 50% das vendas totalmente no digital; e todo o nosso pessoal já tinha a *mobile* na mão [aplicativo Magalu], mas elas [equipes] atuaram como se não estivessem confortáveis. Criaram o Parceiro Magalu em 15 dias, que garantiu renda para muita gente. Cerca de 600 mil pessoas entraram no aplicativo para vender, porque, antes, o pequeno [empresário] que queria vender pela internet precisava criar um site. Com o Magalu, em 24 horas ele sobe a loja inteira no nosso marketplace. Nosso objetivo agora é ter um superaplicativo no qual vamos vender absolutamente tudo, inclusive supermercado, e dar treinamentos aos nossos parceiros, além de garantir serviços de logística. Também vamos ter uma experiência inovadora nas nossas lojas físicas, que terão não apenas nossos produtos expostos, como os produtos dos nossos parceiros, que poderão estar conosco em mais um ponto de venda. Isso também melhora a experiência de compra do cliente, pois não precisa esperar muito tempo para receber o produto. Ele pode ir, inclusive, até a nossa loja e retirar depois de duas horas da compra, sem pagar frete. Essa sempre foi a crença do Frederico para unir o físico com o digital. É a multicanalidade: estar onde e quando o consumidor quiser.



A MAIORIA DAS PREFEITURAS NÃO TEM GELADEIRA PARA CONSERVAR AS VACINAS, MUITAS NÃO TÊM WI-FI NEM AR-CONDICIONADO E OUTRAS NÃO TÊM LOCAL PARA REALIZAR A VACINAÇÃO. TODOS OS DIAS RECEBO LIGAÇÕES DE EMPRESÁRIOS OFERECENDO AJUDA.

Há alguns meses, vocês criaram as cotas raciais para contratação de trainees. Quais foram os principais resultados já sentidos?

No início, apareceram 20 mil jovens. A seleção foi muito difícil, os julgadores utilizaram da meritocracia para escolher os melhores. No fim do processo, quando restaram 30 pessoas, os diretores-executivos entrevistaram um por um, e o Frederico participou também. Ele me disse que muitas vezes teve de desligar o vídeo, porque se emocionava com o nível intelectual das pessoas, todas formadas em escolas estaduais, que se comunicavam muito bem. Os participantes contaram a ele que, no mercado de trabalho, quando não estavam desempregados, ganhavam até 50% a menos do que realmente mereciam. Frederico ficou muito surpreso com tudo isso. O racismo é estrutural, e descobri que contribuía para ele, sem nem saber que fazia. E desta constatação tirei duas lições: precisamos desenvolver um programa de educação que aborde o tema do racismo estrutural nas escolas e universidades; e segundo, quando nos propormos a fazer a seleção, é preciso muito cuidado com os detalhes, porque todo mundo estava de olho, e, se houvesse alguma falha, tudo cairia por terra. Em março, participei de um evento da Unilever, que está lançando um programa mundial de combate ao feminicídio, e quando a empresa compra esta bandeira, o agressor fica com medo. Quando lançamos, há quatro anos, muitos disseram que era “mimimi”, mas, hoje, vejo em reuniões que participo que o tema é discutido por empresários, juizes e promotores. As empresas têm um papel muito importante nesta luta.

Vocês já lançaram campanhas pelo fim da violência contra a mulher e a favor da diversidade. Qual será a próxima causa?

A minha, ainda não sei se será também do Magazine Luiza, será lançar um programa voltado às pessoas 50+ [acima de 50 anos]. Adoro o equilíbrio que existe entre a juventude e eu. Acredito que devemos dar oportunidades para este público, porque nos acostumamos com a ideia de que as pessoas acima de 50 anos devem se aposentar, mas isso era antigamente, quando morriam cedo. Hoje, com a elevação da expectativa de vida, essas pessoas com 50, 60 e até 70 anos estão no auge da carreira e da vida.

&

UM BRASIL é uma plataforma multimídia composta por entrevistas, debates e documentários com nomes dos meios acadêmico, intelectual e empresarial. O conteúdo destes encontros aborda questões importantes sobre os quadros econômico, político e social do Brasil.

ASSISTA À ENTREVISTA NA ÍNTEGRA POR MEIO DESTA CÓDIGO QR:



ATÉ 2022 É TEMPO DEMAIS



ANTHONY W. PEREIRA
é professor no Brazil
Institute e no Department of
International Development
do King's College London

Já passamos da metade de seu mandato e o presidente Bolsonaro viu seus candidatos preferidos para a presidência da Câmara e do Senado serem eleitos. Na Câmara, Artur Lira (PP-AL) venceu, com 320 votos; no Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), com 57. Os resultados convidam a refletir sobre como esta vitória política foi alcançada e o que significa para a segunda metade do mandato presidencial.

A despeito da promessa feita em 2018 de abraçar um tipo de “nova política”, rejeitando o clientelismo e o patrimonialismo do passado, Bolsonaro garantiu o apoio do Congresso “à moda antiga”. Ele criou espaço nos ministérios para nomeações e abriu a torneira do orçamento federal para quem quer que o apoio no Congresso. Seu escudo contra o impeachment é o grupo dos partidos fisiologicamente orientados, chamado de Centrão. Em suas negociações, o presidente enterrou os compromissos com a anticorrupção, que desde o início se mostravam bem seletivos (por exemplo, ao salvar membros da família e aliados políticos).

Os elementos *lavajatistas* da administração Bolsonaro já estão mortos faz tempo. Ainda não é claro o que o presidente e seu círculo mais próximo pretendem fazer com este novo poder consolidado. O déficit do orçamento é de 16% do Produto Interno Bruto (PIB), e a dívida pública está em torno de 90% do PIB. A taxa oficial de desemprego é de 15%. A economia contraiu 5% em 2020 e, diante dos problemas com o programa de vacinação, 2021 pode ser ainda pior.

Ganham força os pedidos de impeachment, iniciados em maio do ano passado. Na Câmara, entre as acusações, a de que o presidente segue lidando com a pandemia do covid-19 de modo insensível, incompetente e contraproducente. A sabedoria convencional é de que não há con-

dições para o impeachment, e os apelos estão sendo feitos para pressionar Bolsonaro e tentar unificar a oposição. No entanto, se a situação econômica piorar e os protestos aumentarem, o apoio do Centrão pode esvanecer. As condições de governo de Bolsonaro podem se deteriorar, repetindo a gestão Michel Temer.

Após o escândalo de corrupção que irrompeu em maio de 2017, Temer se tornou praticamente um refém do Centrão. O único objetivo de seu governo foi manter-se no poder. Praticamente todo o trabalho legislativo foi interrompido em seu último ano e meio. Bolsonaro, por sua vez, não precisa ficar com medo de seu procurador-geral, mas sua capacidade de governar – sempre limitada em virtude da tendência para criar caos e divisão mesmo em questões rotineiras – pode diminuir ainda mais.

Olhando para 2022, o horizonte se aprofunda revelando nuvens tempestuosas. Bolsonaro sempre seguiu Donald Trump muito de perto. Nesse contexto, a recusa do ex-presidente norte-americano em aceitar o resultado da eleição de 2020, suas alegações de fraude e o encorajamento para a tomada do Capitólio fornecem um precedente tentador para Bolsonaro, que em seu primeiro ano no cargo chegou a questionar a precisão do sistema de contagem de votos no Brasil. Disse, ainda, que já havia vencido no primeiro turno, mas fora vítima de fraude para que tivesse que competir no segundo. Isso parece uma tentativa calculada de minar a confiança dos eleitores no sistema eleitoral, algo muito semelhante ao que Trump fez nos Estados Unidos. O Projeto de Lei enviado à Câmara, que enfraquece o poder dos governadores sobre as polícias militares estaduais, povoadas de entusiastas e apoiadores do presidente, é mais uma fonte de preocupação.

O Brasil enfrenta duas tarefas monumentais: lidar com uma crise de saúde pública sem precedentes e tentar engendrar algum plano de recuperação econômica. Como no caso de outras nações, a democracia brasileira também passa por uma tensão. A eleição dos novos presidentes do Congresso é razão de celebração no palácio presidencial, mas em outros lugares o prognóstico para o País é mais sombrio. O Brasil vem atravessando, em anos recentes, aquilo que o sociólogo e historiador Charles Tilly chamou de “desdemocratização”, um movimento de distanciamento das “relações políticas entre o Estado e os seus cidadãos”, caracterizando “consultas amplas, protegidas e mutuamente vinculantes”¹.

Bolsonaro é um sintoma deste processo, que inclui o declínio da confiança da população nas instituições democráticas e o enfraquecimento das mesmas. Segundo o cientista político Paulo Sérgio Pinheiro, o projeto do presidente é “desdemocratizar” a democracia ainda mais, atacando e minando as instituições constitucionais de responsabilização e instigando seus partidários em uma campanha de difamação macartista contra as alegadas predações da esquerda². Daqui até o final de 2022 é muito tempo para que esse processo continue.

OLHANDO

PARA 2022,

O HORIZONTE

SE APROFUNDA

REVELANDO

NUVENS

TEMPESTUOSAS



1. TILLY, Charles. *Democracy* (Cambridge: Cambridge University Press, 2007), pp. 13-15.
2. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Incompletude da Democracia no Brasil e o Retrocesso dos Direitos Humanos* (São Paulo: Working Paper of the Núcleo de Estudos da Violência na Universidade de São Paulo, pp. 1-13 accessed at [nev.prp.usp.br/publicacoes/](http://neuv.prp.usp.br/publicacoes/) on 7 February 2021, p. 4.

C

CIÊNCIA PARA ENFRENTAR A PANDEMIA

A pandemia de covid-19 será lembrada não apenas pelo triste índice de mortes causadas, mas também pelas boas iniciativas da ciência e diversas colaborações para enfrentar a doença. De Norte a Sul do País, cientistas uniram esforços para minimizar os prejuízos, reforçando alianças com instituições do exterior. Algumas dessas parcerias agora podem ser encontradas na publicação *De Pelotas a Boa Vista: parcerias científicas para enfrentar a pandemia*, lançada em fevereiro. Produzida pela World-Transforming Technologies (WTT) e a Agência BORI, traz cinco histórias de pesquisas feitas por cientistas brasileiros.

Os estudos foram selecionados a partir de pesquisa na base internacional de revistas científicas Web of Science (WoS). De janeiro a outubro de 2020, 796 artigos científicos sobre covid-19 foram publicados por pesquisadores brasileiros lá, o que coloca o Brasil no 11º lugar mundial em quantidade de informações sobre o novo coronavírus publicada em periódicos acadêmicos em 2020, segundo dados da Agência USP.

AMPLITUDE COLABORATIVA

Em torno de três em cada quatro artigos científicos sobre covid-19 de autores brasileiros, no período, foram produzidos a partir da colaboração entre instituições nacionais ou internacionais. Ao todo, 97 países colaboraram nas pesquisas, com destaque para os Estados Unidos, cujas instituições assinam em conjunto 17,2% dos trabalhos analisados. Reino Unido, Itália, Espanha, Canadá, França e China participam de pelo menos 5% dos artigos científicos publicados pelo Brasil.

Mais de 110 instituições brasileiras assinam os artigos científicos sobre covid-19 publicados em 2020 – entre as quais 71 universidades, que estão em 75,3% dos trabalhos. Além delas, há 20 hospitais, dez instituições de pesquisa, oito empresas e quatro instituições de governo.

Instituições estaduais e federais das regiões Sudeste, Sul e Nordeste figuram entre as dez universidades brasileiras que mais publicaram artigos científicos sobre covid-19 no período. A Universidade de São Paulo (USP) lidera o ranking com 19,1% dos artigos, seguida por: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com 5,9%; Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), 5,3%; Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 4,9%; e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 4,4%.

Para a seleção dos casos apresentados, foram considerados critérios como a diversidade racial e de gênero dos pesquisadores envolvidos, a distribuição regional das instituições brasileiras, a multiplicidade de áreas do conhecimento, o tipo de colaboração entre os cientistas e o impacto dos trabalhos. As pesquisas narradas saíram em periódicos internacionais como *Science*, *The Lancet*, *IEEEES* (Institute of Electrical and Electronics Engineers) e *PierrJ*.

Os trabalhos são multidisciplinares e transitam em temas como saúde pública, inteligência artificial, epidemiologia e modelagem matemática. Os textos da publicação foram escritos por jornalistas especializados em ciência a partir dos artigos originais, de pesquisas na imprensa e de entrevistas com participantes dos estudos do Brasil e do exterior.

A obra, idealizada por Andre Wongtschowski e Gaston Santi Kremer, dupla à frente do Centro de Orquestração de Inovações (COI), uma iniciativa WTT que busca promover a colaboração científica a fim de criar soluções para os desafios do desenvolvimento inclusivo e sustentável do País. “A ciência no Brasil é muito boa e preparada para trabalhar orientada por desafios e por missões, trazendo grandes resultados principalmente quando feita em colaboração”, comenta Wongtschowski.

AGÊNCIA BORI

A Agência BORI é um serviço voltado a jornalistas de todo o País. Profissionais de comunicação cadastrados na BORI encontram pesquisas de instituições brasileiras antes de sua publicação em periódicos científicos e um banco de fontes com centenas de especialistas preparados para atender a imprensa.

Acesse www.abori.com.br

De Pelotas a Boa Vista: parcerias científicas para enfrentar a pandemia

WTT e Agência BORI, 2021
33 p.



&

S U P E R A Ç Ã O N A C R I S E :

Transformar a crise em oportunidade, impulsionar as vendas e até fazer a sua empresa crescer. Parece bom demais para ser verdade, não é? Mas é uma história real, aliás é uma das muitas que estão em nosso livro Fibra empreendedora, junto de depoimentos e insights de grandes empresários.



■ **QUER SABER MAIS?**
*Escaneie o código QR e
faça agora mesmo o seu
download gratuito.*

**não basta
virar a
página,
é preciso ler
o nosso livro.**



CIDADES DOMINADAS PELO CANGAÇO MODERNO

Grupos especializados em assaltar instituições bancárias vêm intensificando sua ação nos últimos anos. Dezenas de homens com armamento pesado e explosivos dominam municípios de pequeno e médio porte, aterrorizam a população, roubam valores milionários e fogem em ações cinematográficas. A tendência é que a modalidade de crime tipicamente brasileiro se repita de maneira cada vez mais sofisticada.

texto FABIOLA CORREA | ilustração PAULA SECO



o impacto da pandemia do novo coronavírus nas atividades do tráfico. Além disso, segundo ela, trata-se de uma modalidade em que o tempo de resposta das polícias é mais lento e a possibilidade de êxito na ação é muito maior. Isso torna os roubos a bancos crimes extremamente vantajosos para os envolvidos. “Estamos falando da nata da criminalidade, interessada em assaltar tesourarias, sucursais de bancos, ou seja, locais onde se guardam grandes volumes”, lembra Renato Júnior, policial federal e um dos autores do livro *Guerra federal*. Outro motivo, segundo o presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), Luís Antônio Boudens, para a reincidência desse tipo de ação são os anúncios de pagamento do auxílio emergencial e de verbas repassadas pelo governo em função da pandemia. “Os recursos alcançaram municípios de pequeno e médio porte e a segurança pública não alcançou essas regiões nessa mesma proporção”, diz ele.

De acordo com o policial federal, Ricardo Mathias Rodrigues, membro da Fenapef, que pesquisa o tema das cidades sob domínio, a modalidade criminal é um fenômeno tipicamente brasileiro. “É uma evolução dos crimes contra o patrimônio, na qual grupos articulados por diversos criminosos, divididos em tarefas específicas, subjugam a ação do Poder Público por meio de planejamento e roubos para subtrair o máximo possível de valores em espécie ou objetos valiosos”, diz. “Nessas ações, são usados artefatos explosivos, armas de cano longo e calibre restrito, veículos potentes e blindados, rotas de fuga predeterminadas, bloqueio de vias e rodovias com automóveis em chamas, além da colaboração de olheiros”, explica o agente da Polícia Federal. Para a professora da UFC, houve uma intensificação dessas ações nas últimas décadas. “As quadrilhas passaram a utilizar novas abordagens, pensada a partir da resposta dada pelas instituições financeiras e pelas forças de segurança pública”, afirma. “Houve uma inviabilização das formas de assalto que evitam o confronto e uma maior recorrência a esses métodos mais chamativos.”

TERROR, VIOLÊNCIA E PLANEJAMENTO

Em maio do ano passado, um grupo formado por pelo menos 15 homens armados divididos em quatro veículos invadiu três agências bancárias e um posto policial em Ourinhos, no interior de São Paulo. Segundo a polícia, o grupo teria agido com a ajuda de drones para monitorar as forças de segurança. Em julho, o município de Botucatu viveu um clima de terror semelhante: cinco agências bancárias e um Batalhão da Polícia Militar foram atacados. Na ocasião, o grupo fechou estradas que davam acesso às cidades vizinhas para dificultar o acesso das equipes. Uma das principais avenidas da cidade, a rodovia Marechal Rondon, foi atravessada por um caminhão em chamas. Nesse ataque, funcionários de uma farmácia foram tomados como reféns e policiais de cidades vizinhas – como Bauru, Avaré e Piracicaba – chamados para prestar socorro. Depois de quatro meses, em novembro, foi a vez dos moradores de Araraquara se aterrorizarem com um assalto a

“É uma evolução dos crimes contra o patrimônio, na qual grupos articulados subjugam a ação do Poder Público por meio de planejamento e roubos para subtrair o máximo possível de valores em espécie ou objetos valiosos.”

RICARDO MATIAS RODRIGUES, membro da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef)

uma joalheria e uma agência bancária. Quando a polícia chegou ao local houve uma intensa troca de tiros com o grupo, que utilizava armas longas. “Impedir a atuação dos policiais nessas circunstâncias demonstra o poder do crime”, afirma Rafael Alcadiapani, professor de Gestão Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. “Esses roubos têm ficado cada vez mais cinematográficos porque contam com a participação de pessoas que têm domínio sobre o uso de armas e explosivos.”

Se antes as abordagens mais discretas, como a montagem de uma loja de grama sintética de fachada e a construção de um túnel para dar acesso ao cofre do Banco Central de Fortaleza, em 2005, eram consideradas mais astutas pelos grupos, Jania ressalta que a violência ostensiva tem se tornado uma estratégia mais eficiente para o crime. “Alega-se que a coleta de informações anterior à ocorrência, o tamanho das quadrilhas, seus armamentos e investimentos em logística constroem cenários favoráveis ao sucesso da investida criminal e à fuga de seus participantes”, diz ela. O roubo à instituição bancária de Criciúma foi planejado, segundo o delegado Cruz, com pelo menos quatro meses de antecedência. “Eles provocam o terror para evitar qualquer tipo de reação na população”, afirma Lincoln Gakiya, promotor de Justiça do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco),

do Ministério Público de São Paulo. “Eles formam escudos humanos para impedir a chegada das forças policiais e dar tempo de o crime ser executado.”

Nas últimas décadas, este tipo de crime passou a ser chamado de “novo cangaço” em alusão às ações organizadas no passado por cangaceiros em Minas Gerais e nos Estados do Nordeste. Homens, chefiados por Virgulino Ferreira da Silva, o “Lampião”, atravessavam Estados e atacavam cidades no início do século 19. “Em meados dos anos 1900, as brigas entre famílias migraram para assaltos, sequestros e roubos a bancos ou estabelecimentos comerciais, sempre praticados com grande violência”, afirma Jania. Em cidades do interior, explica a pesquisadora, as agências bancárias estão localizadas em uma mesma região, facilitando a ação desses grupos. “Os ataques ocorrem durante a noite e a madrugada, sempre com uma postura de afronta às forças de segurança”. Segundo ela, os próprios delegados de polícia, ao identificarem esse modo de atuação audacioso, começaram a usar a nomenclatura de novo cangaço. No entanto, com a expansão e a sofisticação dos ataques, o termo passou a não refletir a complexidade dessas ações.

“Desde 2018, percebemos que essa empreitada tem crescido, os grupos têm dado preferência a cidades que possuem agências pagadoras”, diz Gakiya. “Não raro, contam com a ajuda de funcionários do sistema bancário e de empresas de

“A coleta de informações anterior à ocorrência, o tamanho das quadrilhas, seus armamentos e investimentos em logística constroem cenários favoráveis ao sucesso da investida criminal.”

JANIA PERLA DIÓGENES DE AQUINO, professora de pós-graduação em Sociologia e coordenadora científica do Laboratório de Estudos da Universidade Federal do Ceará (UFC)

segurança para fazer o mapeamento do local”. Segundo o promotor, isso aumenta as chances de êxito. “Muitos líderes passaram ou ainda estão no sistema prisional”, explica. As explosões, afirma ele, são feitas por pessoas com treinamento militar, ex-policiais e até ex-integrantes das Forças Armadas. “O manuseio dos artefatos requer uma mão de obra muito qualificada”. As fugas também costumam ser bem elaboradas. “As rotas são estudadas, os veículos, normalmente pick-ups com alta potência, são diferentes para cada trecho do trajeto, com placas clonadas e documentos frios”, afirma. Todo esse arsenal torna a modalidade muito onerosa. O promotor estima que, a depender da magnitude do assalto, o custo pode variar de R\$ 500 mil a R\$ 4 milhões.

PARTICIPAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

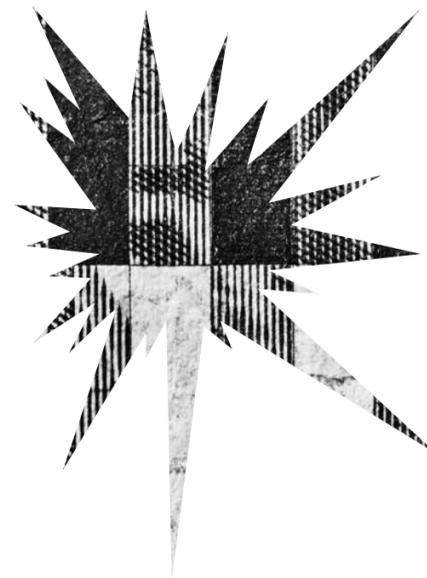
Assaltantes que atuam contra instituições financeiras são considerados uma espécie de “elite” no crime. No entanto, criminosos que participam de ações com mais astúcia se enxergam, aponta a pesquisadora da UFC, como “a elite da elite.” Segundo Gakiya, são pessoas que fazem parte de organizações criminosas. “Essas quadrilhas são formadas a partir de membros do PCC [*Primeiro Comando da Capital*]. Dificilmente haverá nelas um membro que não passou pelo sistema prisional, a maioria foi batizada e escolhe outros integrantes para formar a quadrilha.”

Na década de 1990, a organização criminosa paulista que atua dentro e fora dos presídios praticava assaltos especializados em sequestros de famílias e gerentes de banco. “Esses roubos eram baseados na construção de túneis e ações mais discretas que evitavam o enfrentamento”, diz a professora de Sociologia. Depois, vieram os assaltos às transportadoras de valores e, a partir dos anos 2000, o PCC começou a participar de ataques mais chamativos. “Eles têm um prestígio muito grande perante os demais criminosos pela coragem e pela audácia, o que os fazem conquistar posições de destaque”, diz o promotor. Mas, segundo Gakiya, é preciso diferenciar ações orquestradas pela facção daquelas que apenas contam com a participação de integrantes da organização. “Como envolve muito dinheiro, o PCC tem financiado roubos e ficado com uma parte do montante. Em outros momentos, está diretamente envolvido, como no assalto a Prosegur, no Paraguai, em 2017.”

Embora a sofisticação e a forma de planejar os assaltos sejam semelhantes, a atuação dos grupos varia de acordo com as características de cada cidade. Segundo Jania, os assaltantes citam a polícia do Sul do País como mais bem equipada. No Norte e no Nordeste, alegam que delegacias e batalhões da Polícia Militar possuem estruturas sucateadas. “Um assaltante que entrevistei disse que, no Norte, os roubos são mais perigosos porque uma parte dos policiais ‘são suicidas, não ligam para a vida dele nem da gente, trocam tiro sempre que podem’”, afirma. O uso de reféns como escudos humanos, explica a professora, é uma das formas de tornar os roubos mais promissores e driblar o poder de ação das forças de segurança em Estados do Sul. Mas, diante da rapidez desses ataques-surpresas e da complexidade dessas ações, como a polícia consegue investigar este tipo de crime?

INVESTIGAÇÃO E INTEGRAÇÃO ENTRE POLÍCIAS

Em Criciúma, nas primeiras semanas após o ataque, agentes de segurança da Polícia Civil de diferentes Estados, Militar e Federal se reuniram para trocar informações. “Foram feitas



prisões em flagrante no Rio Grande do Sul e em São Paulo, e chegamos a indícios de pessoas que fazem parte do grupo que executou o assalto”, diz o delegado Cruz. “É um trabalho que demanda um esforço extraordinário. Identificamos imóveis como galpões e casas em quatro cidades onde estiveram durante o planejamento e coletamos centenas de dados que servirão para montar o quebra-cabeças”. O grupo utilizou 14 automóveis e três caminhões. Esses números, segundo ele, demonstram a capacidade logística da organização. As investigações apontam que o valor roubado chegou a R\$ 80 milhões. Antes disso, o maior assalto registrado no Estado havia ocorrido em Blumenau, quando criminosos abordaram três carros-fortes que abasteciam um avião com malotes de dinheiro e levaram R\$ 10 milhões. “Para executar esse plano, foram dez meses de planejamento e um investimento de quase R\$ 1,5 milhão”, afirma Cruz.

Em três meses de investigação, a polícia identificou e prendeu 14 pessoas, entre elas, indivíduos do alto escalão do PCC. “A mobilização de forças e de recursos humanos empregados foi algo inédito”, diz o delegado. “Isso nos permitiu fazer esclarecimentos nos primeiros dias de forma a não deixar nenhum dado se perder”. Segundo ele, um dos pontos positivos da investigação foi a troca de informações entre as polícias civis de diferentes Estados. A integração com as outras forças de segurança é, de acordo com Cledson Luiz do

Nascimento, delegado titular da 1ª Deic de Bauru, fundamental para a celeridade nas apurações. “O ideal seria que as informações se concentrassem, assim teríamos um banco de dados com o perfil dessas pessoas”. No ataque às instituições bancárias de Ourinhos, por exemplo, pelo menos 40 homens chegaram à cidade com dez veículos. Parte do grupo conseguiu fugir em direção ao Paraná. “A rota de fuga utilizada foi determinante para nós”, diz Nascimento. Segundo ele, um dos suspeitos havia sido abordado no ano passado em um comboio de veículos e a apreensão, registrada em um boletim de ocorrência. “Se essa informação tivesse sido compartilhada de maneira precisa em um banco com placas, origem e destino, teríamos mais eficiência.”

Em Ourinhos, o delegado explica que, no dia seguinte à ação, a Polícia Civil esteve no local em busca de vestígios. “Esse processo de separação de objetos abandonados junto ao trabalho da Polícia Científica é muito importante. Por meio dessa coleta, capturamos impressões digitais em veículos, materiais genéticos, provas materiais e equipamentos abandonados que podem levar à identificação dos suspeitos”. Muitas vezes, explica ele, chega-se ao nome dos participantes, mas existe a dificuldade em comprovar que estiveram na “cena do crime”. Nove meses após o início das investigações, a polícia apontou a participação de sete pessoas no crime. Além de outros 20 nomes levantados em função de um possível envolvimento na ação. “Saímos desse trabalho muito mais conhecedores do modus operandi das quadrilhas e dos recursos que temos à disposição”, diz. Na avaliação de Nascimento, a investigação avançou além das expectativas. “A maior parte das delegacias de roubo a banco estão concentradas na capital, então, é mais difícil de as informações chegarem a nós”, pondera. Contudo, de acordo com o promotor de Justiça de São Paulo, antever esse tipo de ataque é praticamente impossível. “Uma interceptação telefônica, por exemplo, permite que se comece a seguir os passos dos indivíduos, mas eles têm a vantagem de se locomover por todo o territó-

rio nacional e as polícias estaduais não possuem essa mesma mobilidade”, diz Gakiya.

Para Boudens, da Fenapef, as 27 estruturas das polícias civis existentes no País não se comunicam. “Ao mesmo tempo, a articulação entre os criminosos faz com que essas ações se multipliquem de forma rápida”, afirma. Segundo o policial, a integração deve ocorrer concomitantemente a um processo de reestruturação. “Não se pode integrar estruturas que não funcionam. Se isso for feito, elas não vão contribuir com o todo”. Outra mudança que poderia gerar impactos positivos nas investigações seria a participação das equipes federais nessas ocorrências. “Hoje, a Polícia Federal só pode intervir em casos de crimes contra bens da União, como ataques à Caixa Econômica Federal”, explica Garcia, agente federal. Em casos em que se comprove a interestadualidade do crime, as equipes federais também podem atuar. “Como não está tipificado, algumas situações caem em uma espécie de limbo jurídico”, afirma. Além disso, explica ele, peritos que fazem coleta de DNA poderiam agrupar essas informações em um banco de dados único em território nacional.

No ano passado, o deputado Ubiratan Sander-son (PSL-RS), protocolou um projeto de lei que tipifica o domínio de cidades como crime hediondo. A ideia da entidade é punir essas ações com mais rigor. A proposta quer penalizar os ataques com reclusão entre 15 e 30 anos. Mas, em casos com mortes de reféns, a penalidade pode chegar a 40 anos. Para o professor Rafael Alcadipani, da FGV, ao contrário do que se observa atualmente, é preciso um plano de ação conjunto e integrado. “O que acontece é que as polícias são ilhas, e juntas não formam um arquipélago. Elas somente competem para ver quem vai ser a primeira a prender”, argumenta. “Existem criminosos que foram presos por causa de um pacote de bala. Isso demonstra que há necessidade de se investir no trabalho de perícia e inteligência.”

&

É O FIM DO PROJETO LIBERAL?

Uma neblina de incerteza pende sobre a economia brasileira. Testemunhamos novas cepas e o crescimento do número de casos e mortes por covid-19, enquanto a vacinação ocorre em ritmo inferior às necessidades do País. A consequência é o endurecimento das medidas de isolamento, com reflexos no nível de atividade, principalmente no setor de serviços. Em janeiro deste ano, em comparação com o mesmo mês de 2020, o setor registrou queda de 4,7%, e redução de 3,1% na comparação com dezembro do ano passado. Os efeitos mais fortes do isolamento devem ocorrer a partir de março.

A incerteza ressoa na dinâmica fiscal, em decorrência da necessidade de retomada do auxílio emergencial e das indefinições sobre o *funding* (origem dos recursos) para o programa.

Este cenário foi ampliado com a intenção do presidente de interferir na formação dos preços dos combustíveis. Os argumentos para justificar a saída do presidente da Petrobras foram vários: a discordância do trabalho em home office (ao mesmo tempo que a estatal exibia elevada rentabilidade no quarto trimestre de 2020); sua remuneração era muito elevada (o que já ocorria desde o início da gestão) e privilegiava pequenos grupos (quais?). Justificativas que não convenceram os agentes econômicos, até porque as declarações tornavam cristalina a real intenção de interferência. Bolsonaro afirmou que o aumento do diesel era uma “covardia”, “o petróleo é do povo”, e que empresas estatais devem ter papel social (então não deveriam ter capital aberto).

Na realidade, os agentes econômicos interpretaram tudo isso como uma atitude populista com interferência na política econômica. A partir daí,

duas questões podem ser analisadas: quais serão as consequências? Será o fim do projeto liberal?

Em relação à primeira, a reação foi imediata, em especial no mercado financeiro: desde então, até o fim de fevereiro, a Bolsa caiu 7,1%; a entrada de capitais estrangeiros na Bolsa, que era positiva nos três meses anteriores (R\$ 28,3 bilhões de média mensal) reverteu a tendência, com saída de R\$ 9,2 bilhões nos três dias seguintes; a taxa de câmbio passou para um patamar mais elevado; e o risco Brasil saltou de 274 para 304 no início de março.

Os impactos superam o mercado financeiro, com diminuição do investimento e desaceleração da retomada do crescimento; redução do valor das estatais à medida que os riscos de intervenção ficam mais latentes; diminuição do interesse de multinacionais investirem no País; e deterioração do ambiente de negócios no Brasil. Além disso, a perspectiva de elevação dos juros nos Estados Unidos deve fazer cair o fluxo de capitais para países emergentes.

São visíveis as divergências entre os posicionamentos do presidente e o projeto liberal. Basta lembrar do pronunciamento contrário à privatização da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) e das críticas à decisão do presidente do Banco do Brasil de reduzir o número de agências para aumentar a produtividade da instituição, medida adotada por vários bancos privados em função da evolução tecnológica.

O programa de privatizações não avançou. As recentes medidas para privatização da Eletrobras e dos Correios dificilmente evoluirão, assim como as promessas de maior abertura da economia pouco evoluíram. Reduziu-se o imposto de importação de bicicletas, mas restringiu-se a importação de bananas do Equador e elevou-se o imposto de importação de leite em pó.

O que se pode esperar da equipe econômica é a contraposição a qualquer pressão para políticas fiscais irresponsáveis. Em meio à crescente preocupação com a pandemia, a última coisa que os agentes econômicos esperariam é uma deterioração ainda maior das expectativas graças a medidas populistas.

&

“

“Todos têm direito à própria opinião, mas ninguém tem direito aos próprios fatos”, dizia o consagrado senador norte-americano Daniel Moynihan (1927-2003). Não é o que acontece com os três poderes do Brasil, donos das opiniões e dos fatos que impõem à sociedade.

Especialmente porque ainda está longe daquele dia em que a sensibilidade, o conhecimento, a modéstia e a razão teriam a capacidade de mostrar à autoridade brasileira a importância de ser previsível. E menos improvisador na relação com a vida sob os aspectos social e econômico dos cidadãos que tributam.

O motor da mudança travou, a crise está se acumulando – e, pelo menos, quatro episódios dela podem se tornar assustadores.

1º) A intervenção na Petrobras revelou como a incoerência política confirma que não é bom ser sócio do governo. O confronto produziu especulação, além de crise na prosperidade dos investimentos e nos compromissos com os valores da sociedade liberal.

2º) O sangue-frio e a dissimulação do Supremo sabendo que poderia anular decisões da Lava Jato, mas demorando a negar competência ao ex-juiz Sergio Moro (cujos atos continuava a validar), ultrapassa as garantias constitucionais e a ideia de que a conduta do Judiciário é, de fato, de guardião da lei e da ordem. O viés político da decisão, de tanto influenciar a reeleição do presidente, faz do ministro Kassio Nunes Marques, que pediu vistas, o rosto da esfinge: o que é melhor, culpar Moro ou reabilitar Lula? A crise de confiança nas instituições e nas decisões judiciais é a falta de pudor, na qual nenhuma nudez é castigada.

3º) A ação confusa do Estado faz o Brasil ter a pior resposta de saúde à pandemia. Tanto em relação à previsibilidade sobre taxas de imunização, hospitalização e mortalidade como ao fato de as atitudes governamentais não configurarem um acelerador de atos hu-

A DESORDEM COMO NORMA

manitários no combate ao vírus que possa tranquilizar a população.

4º) A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para definir o novo auxílio emergencial aos vulneráveis aproveitou o clima de comoção para adiar para o próximo governo as medidas de austeridade e contenção necessárias à recuperação econômica do País. Tornou-se verdadeira e exclusivamente uma “PEC calamidade”.

Enfim, sem agenda de Estado que possa destravar a retomada do crescimento e os compromissos claros com a economia de mercado e a reforma estatal, o potencial do País vira pesadelo.

O fato é que o governo toca sua agenda mais preocupado com a sobrevivência política, garantida pela maioria parlamentar, em busca mais de popularidade do que de governabilidade. Ainda que os marcos institucionais sejam os princípios do liberalismo político, o que predomina é o estatismo como modelo de gestão – característica não contraditória de um presidente de origem militar –, mas cujos modelos de hierarquia e disciplina não funcionam para ele.

Com 20 anos de estagnação econômica, dificuldades para a agenda liberal prosperar e o fracasso no enfrentamento da pandemia, o Brasil, para completar, ainda vive a pior situação fiscal de sua história. Nosso crescimento médio anual é menor do que o crescimento da população. Isso significa que, nos últimos dez anos, ficamos 7% mais pobres. Com 2,8% da população mundial, temos 9% dos casos e 10% das mortes por covid-19. A pandemia está fazendo crescer o abismo social com o crescimento na pobreza e na desigualdade.

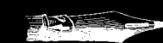
Em outras palavras: a democracia brasileira continua um “prego mal pregado na parede”. Pois o que temos de mais grave é a crise da democracia. Porque poucos sabem seus objetivos, e essa dúvida é muito maior do que a crise da economia.

&



ANTONIO LANZANA

é copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política da FecomercioSP, professor da Universidade de São Paulo (USP) e da Fundação Dom Cabral



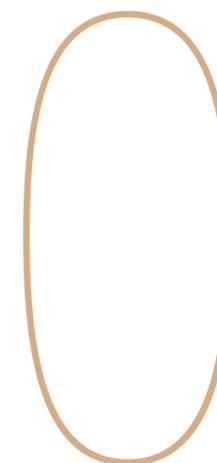
PAULO DELGADO

é copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política da FecomercioSP (CEEP) e sociólogo



DOENÇAS MENTAIS: A QUARTA ONDA DA PANDEMIA

texto MOURA LEITE NETTO | ilustração ESTÊVÃO VIEIRA



De um dia para o outro, a adaptação a uma nova rotina gerou consequências. É o caso de Jéssie Ellen Costa Neves, publicitária, 39 anos, que precisou se adaptar ao home office e à dupla jornada. “Quando me vi com o filho pequeno e o marido em casa o dia todo, o pior foi pensar que seria algo rápido. Achei que poderia ser a Mulher-Maravilha, dando conta 100% de tudo. Não consegui, e isso me frustrou. Com o tempo, veio estafa mental, crise de ansiedade e *burnout*”, relata.

Ela conta que aumentou o volume de trabalho na agência de comunicação em que atua. Com o filho de 5 anos, Pedro, exigindo atenção, ficou sobrecarregada. “Ele não entendia que eu estava o dia todo em casa, mas trabalhando, queria atenção. Ao mesmo tempo, nem sempre o trabalho permitia que eu parasse para isso. Tentei criar uma rotina no começo, como muitas mães. Não consegui fazer um esquema de horário para cada atividade com a criança. Infelizmente, não conseguia tempo, tampouco convencê-lo a participar das aulas online”, lamenta.

Paralelamente, havia na publicitária o medo de ser dispensada da empresa – que passou por cortes –, fazendo com que ela tomasse decisões que a desagradaram, para poder focar no trabalho. “Tive que deixar meu filho passar o dia em frente ao celular e à televisão para que eu conseguisse fazer as entregas de trabalho. Sei que fui julgada por isso e várias vezes me senti péssima,

pois via que outras mães conseguiam e parecia que só eu não”, comenta.

Jéssie diz também que percebeu um aumento na irritabilidade, por qualquer motivo. “Não conseguia mais conversar com tranquilidade. O coração parecia sempre disparado. Até que aconteceram mais mudanças no trabalho que afetaram ainda mais minha vida pessoal. Foi o estopim. Não consegui lidar bem com a situação e só queria chorar. Resolvi procurar ajuda médica. Foi quando fui em uma psiquiatra e ela deu o diagnóstico de *burnout*”. No momento desta entrevista, Jéssie estava de licença médica. Começou a tomar medicamentos antidepressivos e estava prestes a iniciar a psicoterapia.

O impacto da pandemia na saúde mental ocorre em múltiplos aspectos. Os resultados da pesquisa online da OMS [veja no box] mostram que houve aumento exponencial do uso de álcool e drogas, da insônia e da ansiedade. Além disso, o covid-19 pode causar complicações neurológicas e mentais, como delírio, agitação e derrame. Pessoas com transtornos mentais e neurológicos são mais vulneráveis à infecção por SARS-CoV-2, correndo, inclusive, maior risco de desenvolver quadros severos e de morrer.

No artigo “Depression and Anxiety Among Essential Workers From Brazil And Spain During The Covid-19 Pandemic: a websurvey [Depressão e Ansiedade entre Trabalhadores Essenciais do Brasil e da Espanha Durante a Pandemia

O covid-19 trouxe para a humanidade um cenário de incertezas e expôs fragilidades, dentre elas, a inabilidade ao tratar a saúde mental da população. Uma pesquisa online aplicada em 130 países, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), mostra que 93% dos países descontinuaram ou interromperam severamente os serviços essenciais de saúde mental na pandemia. Esta redução de oferta de cuidado segue na contramão do aumento da demanda, na pandemia, em razão de luto, isolamento, perda de renda e medo, condições que estão desencadeando problemas de saúde mental ou agravando os existentes.

AS MULHERES MULTITAREFA, QUE CONCILIAM TRABALHOS DOMÉSTICOS E VIDA PROFISSIONAL, SÃO AS MAIS AFETADAS NA PANDEMIA. ESTUDO MOSTRA QUE 40,5% APRESENTARAM SINTOMAS DE DEPRESSÃO; 34,9%, DE ANSIEDADE; E 37,3%, DE ESTRESSE

de Covid-19: uma pesquisa na web”], publicado na revista *Journal of Medical Internet Research*, pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) e da Universidade Federal Fluminense (UFF) destacam que o estresse motivado pelo distanciamento social pode levar a alterações imunológicas, com maior produção de substâncias inflamatórias mesmo em pessoas que não foram infectadas. Os autores chamam a atenção para a maior vulnerabilidade de alguns grupos, como trabalhadores da saúde, idosos e obesos, que apresentam mais suscetibilidade tanto para quadros graves do covid-19 quanto para distúrbios psiquiátricos.

AS QUATRO ONDAS DA PANDEMIA

A Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) define o impacto na saúde mental como a quarta onda do novo coronavírus. A entidade define a primeira onda como o adoecimento e a mortalidade causados pelo coronavírus em si. Em seguida, a restrição de recursos e a reorganização do sistema afetando pessoas com outros problemas de saúde, que não conseguem ser atendidas em sua totalidade devido ao foco no coronavírus.

A terceira é a interrupção no tratamento de enfermidades crônicas, que exigem acom-

panhamento médico constante — caso de pacientes com câncer e doenças cardíacas e respiratórias. A quarta perpassa todas as anteriores e segue em crescimento, pois é formada pelo trauma psíquico, pelas doenças mentais e pelo desgaste da sociedade como um todo, inclusive pela crise econômica.

De acordo com Antônio Geraldo da Silva, presidente da ABP, ao chegar ao Brasil, a pandemia se somou a um cenário de desassistência pública em saúde mental, tornando a busca por soluções ainda mais árdua após 30 anos de políticas inadequadas nesse contexto. “Os avanços em psiquiatria aplicados com sucesso no serviço privado não se comparam ao que é disponibilizado no atendimento público, configurando um obstáculo para o acompanhamento médico e a oferta de tratamento eficaz e equânime a boa parte da nossa população”, lamenta.

SAÚDE MENTAL DOS RECUPERADOS

O Brasil registra mais 9 milhões de pessoas que receberam o diagnóstico de covid-19 e se recuperaram, mas é necessário observar as sequelas físicas e emocionais deixadas pela doença. A observação é do psicólogo Antônio de Pádua Serafim, diretor do Serviço de Psicologia e Neurop-

siologia do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (IPq/HCFMUSP).

“Todos os dias vemos pacientes que, mesmo recuperados, apresentam as sequelas que levam a incapacidades físicas, assim como perda de memória, de atenção e quadros depressivos. Quanto mais vulnerável é o contexto socioeconômico, maior é o impacto na saúde mental deste paciente”, destaca Serafim.

O especialista avalia que a política de saúde mental adotada no Brasil é frágil – gargalo potencializado pelo mau entendimento da população sobre o tema. “Há muita desinformação, estigmas e preconceito. A saúde mental é muito associada à loucura. Depressão é, equivocadamente, vista como preguiça. É preciso ofertar campanhas informativas e, assim, desmistificar o tema. A saúde mental não pode ser mais ofertada apenas aos pacientes crônicos, mas também como política de saúde preventiva”, ressalta Serafim.

O psicólogo é o autor principal de estudo publicado na revista científica *Plos One*, que avaliou o impacto do covid-19 em 3 mil brasileiros dos 26 Estados mais o Distrito Federal. O trabalho mostra que as mais afetadas na pandemia são as mulheres multitarefa, que conciliam trabalhos domésticos e vida profissional. Ao todo, 40,5% das mulheres apresentaram sintomas de depressão; 34,9%, de ansiedade; e 37,3%, de estresse.

Por sua vez, o sofrimento psíquico também atingiu quem morava sozinha e não tinha filhos. Os níveis mais elevados de estresse, depressão e ansiedade foram relatados por mulheres nestas condições, situação que, segundo o estudo, provavelmente estivesse associada a outras variáveis consideradas pela pesquisa e que poderiam estar contribuindo para o adoecimento das entrevistadas: muitas delas estavam desempregadas, tinham histórico de doenças crônicas (25,9%) e relataram ter tido contato com pessoas com diagnóstico de covid-19 (35,2%).

REALIDADE BRASILEIRA

Em comparação com a Espanha, por exemplo, morar no Brasil aumenta em seis vezes o risco de piorar a saúde mental. Um fator determinante para a sindemia (conjunto de problemas de saúde interligados que interagem com a pandemia, potencializando o agravamento) é a desigualdade social.

Os dados são da mesma pesquisa online pu-

blicada na *Journal of Medical Internet Research*, com informações de 22 mil brasileiros e espanhóis. Deste total, mais de 3 mil reportaram ser trabalhadores essenciais. O estudo, que avalia os sintomas de ansiedade e depressão nessa população, aponta que 27,4% sofrem de ambas as doenças ao mesmo tempo. “É muito comum que os sintomas de depressão e ansiedade venham juntos”, afirma a psiquiatra Raquel Brandini de Boni, pesquisadora em Saúde Pública no Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT/Fiocruz) e principal autora do estudo.

O trabalho aponta também que 44,3% dos participantes têm abusado de bebidas alcoólicas; 42,9% sofreram mudanças nos hábitos de sono; e 30,9% foram diagnosticados ou tratados de doenças mentais no ano anterior.

A SITUAÇÃO NO SUS

Em nota oficial à **PB**, o Ministério da Saúde informa que a assistência às pessoas com transtornos mentais é ofertada de forma integral e gratuita no Sistema Único de Saúde (SUS) em todo o Brasil, conforme a necessidade de cada caso.

Entre os serviços de referência para acompanhamento, afirma o documento, estão os 42 mil postos de saúde da Atenção Primária e os 2.749 Centros de Atenção Psicossocial (Caps), que ofertam acolhimento e tratamento à pessoa com transtorno mental e seus familiares, sendo que nesses serviços o cidadão é atendido e, caso seja necessário, encaminhado a outro órgão especializado.

O ministério afirma também que reforçou o atendimento em saúde mental durante a pandemia. A nota explica que foram disponibilizados mais de R\$ 65 milhões para abertura de novos Caps, Serviços Residenciais Terapêuticos, Unidades de Acolhimento e Serviços Hospitalares de Referência. Também foram investidos mais de R\$ 99 milhões para qualificar o atendimento nos Caps. Além disso, afirma a pasta, R\$ 650 milhões foram liberados para a aquisição de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica utilizados para transtornos mentais.

Atualmente, a Rede de Atenção Psicossocial (Raps) também conta com 797 Residências Terapêuticas; 70 Unidades de Acolhimento (adulto e infantojuvenil); 1.802 leitos de saúde mental em hospitais gerais; 13.888 leitos em hospitais psiquiátricos, 61 equipes multiprofissionais de atenção especializada em saúde mental e 144 consultórios de rua.

COMO O MUNDO REAGIU

- › Mais de 60% dos países relataram interrupções nos serviços de saúde mental para pessoas vulneráveis, incluindo crianças e adolescentes (72%), adultos mais velhos (70%) e mulheres que precisam de serviços pré-natais ou pós-natais (61%).
- › Embora muitos países (70%) tenham adotado a telemedicina ou teleterapia para superar as interrupções nos serviços presenciais, há disparidades significativas na aceitação dessas intervenções.
- › Em torno de 67% viram interrupções no aconselhamento e na psicoterapia.
- › Mais de 80% dos países de alta renda relataram a implantação de telemedicina e teleterapia para preencher lacunas na saúde mental, em comparação com menos de 50% dos países de baixa renda.
- › Mais de um terço (35%) relatou interrupções nas intervenções de emergência, incluindo aquelas para pessoas com convulsões prolongadas; síndromes de abstinência de uso grave de substâncias; e delírio, geralmente um sinal de uma condição médica subjacente séria.
- › Embora 89% dos países relataram na pesquisa que a saúde mental e o apoio psicossocial fazem parte de seus planos nacionais de resposta ao covid-19, apenas 17% desses países têm financiamento adicional total para cobrir essas atividades.
- › Aproximadamente 30% relataram interrupções no acesso a medicamentos para transtornos mentais, neurológicos e por uso de substâncias.
- › Cerca de três quartos relataram interrupções parciais nos serviços de saúde mental na escola e no local de trabalho (78% e 75%, respectivamente).

Fonte: Organização Mundial da Saúde (OMS).

&



VENEZUELIZAÇÃO DO BRASIL



DANIEL BUARQUE

é jornalista, escritor e pesquisador no doutorado conjunto em Relações Internacionais do Brazil Institute, do King's College London, e do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP)

“Boa tarde, Venezuela”. A declaração do ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco, após a intervenção do presidente Jair Bolsonaro na chefia da Petrobras, em fevereiro, diz muito sobre a situação do Brasil ao longo dos últimos dois anos.

Apesar de o governo brasileiro apontar a Venezuela como o seu oposto ideológico, e de o presidente ser crítico ao país, a comparação pode ser considerada válida. E mesmo que muitos eleitores tenham apoiado a chegada dele à presidência alegando medo de o País “se tornar uma Venezuela” sob o PT, ações populistas acabam aproximando a extrema-direita da extrema-esquerda no poder dos dois países.

Interferência política na estatal petrolífera, militarização de cargos federais, ações e declarações contra a liberdade de imprensa, deslegitimação de processos eleitorais, tentativa de formação de uma polícia nacional ligada ao Executivo, isolamento nas relações internacionais. O Brasil de Bolsonaro se parece cada vez mais com a Venezuela chavista sob Nicolás Maduro.

O exemplo mais evidente foi a mudança na presidência da Petrobras, com indicação do general Joaquim Silva e Luna para comandar a estatal. A medida foi bem semelhante ao movimento de Hugo Chávez duas décadas antes, quando se consolidava no poder, assumindo forte controle sobre a economia.

No caso brasileiro, além do comentário de Franco comparando os dois países, a medida de Bolsonaro foi vista como uma intervenção indevida do governo na economia. A interpretação mais comum em análises internacionais foi que o governo, que havia sido eleito prometendo uma liberalização da economia e um enfoque mais favorável ao mercado internacional, cedia a interesses populistas. Apesar do que dizia

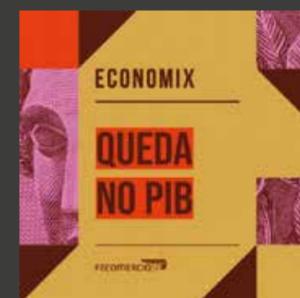
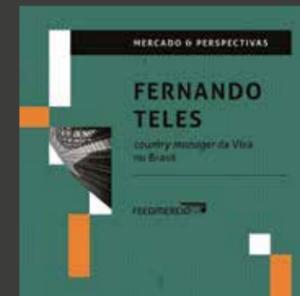
o ministro da Economia, Paulo Guedes, o olhar externo viu um governo que se afastava dos ideais liberais prometidos à época da eleição, e que colocava uma estatal sob forte controle com um militar à sua frente.

Dias antes da medida sobre a Petrobras, Bolsonaro havia dado outro exemplo de ação populista que o aproximava da Venezuela. Se declarando um democrata, ele defendeu “tirar de circulação” veículos de imprensa do País. A fala soa como eco do que realmente foi feito por Chávez, que tirou do ar o canal de televisão RCTV [*Radi o Caracas Televisión*] em 2007, e fazia pressão permanente sobre veículos que criticassem o seu governo. A imprensa livre é vista como inimiga por populistas de ambos os lados do espectro político.

No contexto das relações internacionais, a derrota de Donald Trump nas eleições dos Estados Unidos, e a contínua idolatria do Itamaraty bolsonarista ao ex-presidente norte-americano ameaçavam tornar a comparação com a Venezuela ainda mais real. O comportamento do Brasil enfraqueceu os laços com o seu único grande aliado no mundo. Desde 2018, o Brasil havia se afastado de parceiros importantes na Europa, no Oriente Médio, além da própria China. Agora sem os Estados Unidos de Trump, se tornou mais realista a possibilidade de o Brasil se tornar um pária, como indicado pelo próprio ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo. E a Venezuela é exemplo de um país isolado no mundo, cujo governo sequer é reconhecido por algumas nações.

Os exemplos sobre a semelhança entre líderes populistas de tendência autoritária são claras. Mesmo que no discurso sejam governos que têm posturas radicalmente opostas, há fortes evidências de que já está em curso um processo de venezuelização do Brasil.

&



TUDO O QUE VOCÊ QUER E PRECISA OUVIR AGORA

Os temas mais quentes. Os assuntos mais impactantes. Tudo o que afeta a vida do empresário. Entrevistas, análises, novas perspectivas e novos pontos de vista.

Quer informação de qualidade com rapidez? Ouça os podcasts da **FecomercioSP**.

DISPONÍVEL EM:



INSPIRAÇÃO PARA DESPERTAR

DESPERTAR INSPIRADO, QUE CONTA COM REFLEXÕES DE DOIS DOS NOSSOS PRINCIPAIS PENSADORES CONTEMPORÂNEOS, NASCEU DE POSTS MATINAIS FEITOS DURANTE O ISOLAMENTO SOCIAL. IMPULSIONADO PELA NECESSIDADE DE SE MANTER POSITIVO, CLÓVIS DE BARROS GRAVA UMA SÉRIE DE VÍDEOS DIÁRIOS, POSTERIORMENTE ACRESCIDOS DE COMENTÁRIOS DE MONJA COEN.

texto EDUARDO RIBEIRO



Fotos: Divulgação

Nova parceria literária entre o jornalista e professor Clóvis de Barros Filho e a Monja Coen, fundadora da comunidade zen budista do Brasil, *Despertar inspirado* (Citadel) recupera as sementes dos frutos do primeiro livro, *A monja e o professor: reflexões sobre ética, preceitos e valores* (Record), lançado em 2018. Se o título anterior brotou de diálogo gravado durante um encontro entre os dois autores, desta vez a interação ocorreu pelas vias digitais, mas a abundância da troca de saberes permanece. Continua intacta, também, a leveza, a prosa agregadora de conhecimentos históricos, espirituais e filosóficos.

Tudo começou quando o professor decidiu usar as redes sociais para comunicar o que lhe passava pela cabeça a cada

amanhecer, assim que decretada a primeira fase do isolamento social motivado pela pandemia do novo coronavírus. Em um esforço para perseverar e encontrar positividade e motivação, sempre às 6h, durante 40 dias, Barros Filho ligava a câmera e falava consigo mesmo. Monja Coen, por sua vez, com a mesma assiduidade, acompanhava os vídeos produzidos por ele e endereçava ao amigo mensagens com comentários, aprofundando suas reflexões.

O conteúdo, transposto à forma textual, resultou em 15 capítulos com temas que tratam de sentido da vida, autoconhecimento, aprendizado, simplicidade, sabedoria e gentileza. **PB** conversou com os autores para saber minúcias da iniciativa.

“A inteligência espiritual, como o professor Francesc Torralba, da Universidade de Barcelona, insiste em nos lembrar, independe de envolvimento em algum grupo religioso, seita e dependência emocional a um mestre ou guru.”

MONJA COEN ROSHI

Professor, gostaria que comentasse sobre o que o fez começar a usar a internet, na forma de vídeos, para comunicar o que se passava pela sua cabeça a cada amanhecer. Por que quis fazer isso em audiovisual, e não diretamente em texto?

Clóvis de Barros Filho – A opção pelos vídeos responde a uma necessidade de urgência, de imediatidade própria da situação de pandemia em que nos encontramos, eu queria que a mensagem chegasse a todas as pessoas que por ventura me acompanham, de forma rápida. Acredito que, de modo geral, os vídeos sejam mais imediatos e digeridos do que um texto, que, para ser lido, já requer alguma especificidade por parte do receptor.

O que você mais admira no modo como a Monja Coen fala de questões existenciais?

Clóvis – Bem, a Monja Coen é porta-voz do budismo, mais especificamente do chamado “zen budismo”, que tem entendimentos sobre o universo, o homem e a vida, que me encantam, com os quais eu concordo muito.

Quando saiu *A Monja e o professor*, vocês foram resenhados como sendo “pensadores brasileiros de origens e abordagens muito distintas”. Essas “origens e abordagens” são tão díspares assim?

Monja Coen Roshi – *A Monja e o professor* é um diálogo delicioso sobre ética e vida plena, pelo menos foi e continua sendo para mim. Momentos de aprendizado e ternura. Encontramos inúmeros pontos de convergência, no afeto, na gentileza, no cuidado em ouvir para entender, compreender linguagens diferentes com o mesmo propósito: que todos os seres despertem, que vivam em plenitude, que façam o seu melhor, que percebam suas amarras e se libertem. Origens históricas e abordagens diferentes, de linguagem, de etnias, de pensadores, nos levam a refletir melhor e perceber o ponto essencial de cada tradição filosófica espiritual.

Que lições podemos tirar do zen budismo para os radicalismos políticos e as intolerâncias atuais?

Monja – O zen budismo tem como prática fundamental a meditação silenciosa e profunda. O conhecer a si mesmo para transcender a si mesmo e se perceber interligado a tudo e a todos. Esse despertar da mente – “Buda” significa “o desperto” – nos leva a apreciar cada instante transitório da existência, saber que nada é fixo ou permanente, e que o que fazemos, falamos e pensamos mexem na trama da existência global, ou seja, cada uma de nós – pessoa humana – que desperta, se transforma em um ser consciente de seu papel e função na vida. Quando bem orientadas, as pessoas saem de conceitos e pensamentos errôneos sobre a realidade, com isso, podem se tornar seres mais íntegros, dignos e capazes de transformar tanto a si como as pessoas à sua volta por meio do diálogo, do respeito, do pensar e do atuar para o bem de todos os seres. Quem sabe, possamos nos tornar mais compreensivos, inclusivos, e mais abertos ao encontro, para juntos construirmos uma cultura de paz, justiça e cura da Terra e de todos os seres.

Você acredita que as mensagens contidas em *Despertar inspirado* possam realmente ajudar as pessoas em um momento tão propício à falta de esperança?

Monja – “Esperança de esperar”, como dizia Paulo Freire. De fazer acontecer, de estimular para que aconteça, para que a transformação ocorra em todos nós. Estamos oferecendo o que eu chamo de “mente Buda”: mente iluminada, mente desperta. Inspirações para o despertar da consciência humana, de forma a desenvolver o nosso mais elevado potencial – sempre para o bem de todos os seres. Podemos perceber que estamos todos interligados, coexistindo com todas as formas de vida do planeta, que sem as outras formas de vida nós não temos

chance de sobreviver. Esse despertar nos leva a cuidar e a respeitar todas as formas de vida. Precisamos uns dos outros, dependemos uns dos outros. A rede da interdependência é um dos selos que confirmam os ensinamentos de Buda. Tudo está se transformando incessantemente. Todos nós, tudo o que existe. Podemos escolher o rumo das transformações: mais vacinas, mais remédios para todos, menos abusos da vida silvestre, manutenção do compromisso com a Agenda 2030.

Qual é a perspectiva do budismo em relação à crença em Deus?

Monja – Não tenho nenhuma expectativa quanto a reverter o número de ateus no mundo para um maior número de teístas. A pergunta principal, que todos deveriam fazer e procurar respostas, vai além de teísmo e ateísmo. Budismo não tem conceito de Deus. Quando ao Buda histórico foi perguntada qual seria a causa primeira, visto que ensinava a lei de causa, condição e efeito, ele silenciou. Buda não é um deus. Buda significa “o desperto”, e geralmente se refere ao Buda histórico que viveu na Índia há mais de 2,6 mil anos. Descrevemos a natureza Buda, presente da menor partícula ao maior espaço, dizemos que seres humanos podem despertar e viver de modo mais harmonioso, sábio e compassivo, e nos lembramos, celebramos e respeitamos o Buda histórico: Xaquiamuni – o sábio da família Xaquia.

E quanto à religião?

Monja – A inteligência espiritual, como o professor Francesc Torralba, da Universidade de Barcelona, insiste em nos lembrar, independe de envolvimento em algum grupo religioso, alguma seita, alguma dependência emocional a um mestre ou guru. Inteligência espiritual é comum a todos os seres humanos, é o que nos leva a questionar o que é vida, o que é morte, o que é Deus ou Deusa, o que são deuses ou deusas? O que estamos fazendo com a nossa existência? O que pode-

“Em um diálogo, a intervenção do outro é muito poderosa. Esse discurso não existiria se não tivesse havido aquela intervenção, portanto, a condição primária de um diálogo enriquecedor é o respeito pela intervenção do outro.”

CLÓVIS DE BARROS FILHO

mos fazer? Como conhecer intimamente os movimentos e as funções da mente pensante e da mente não pensante? Há tantas perguntas e inúmeras respostas, analogias, parábolas, meios hábeis. É uma inteligência a ser desenvolvida e apurada, como as outras inteligências, quer sejam para matemática, física, química, filosofia, letras, direito, história, geografia, computação e a ciência de explicar, de poder transformar um assunto considerado árduo e difícil em prazeroso e profundo. Desenvolver nossas capacidades pensantes para nunca sermos enganados, nem por nós mesmos, pela nossa mente, muito menos por falsos líderes, falsos profetas, falsos gurus. Logo, a necessidade do “despertar inspirado”.

E você, professor, o que pensa sobre Deus e religião?

Clóvis – Penso num Deus de amor e perdão. E penso na possibilidade de um homem, que

é feito à sua imagem e semelhança, viver manifestando o divino que nele há. Portanto, um homem de amor e perdão. Isso tem pouco a ver com a tirania e o autoritarismo. Isso tem muito a ver com a generosidade, a solidariedade e a fraternidade.

Ambas as obras que a Monja e você produziram juntos só foram possíveis por causa do exercício do diálogo produtivo, respeitoso, complementar. Qual é o “segredo” para saber dialogar assim?

Clóvis – Em um diálogo, a intervenção do outro é muito poderosa. Esse discurso não existiria se não tivesse havido aquela intervenção, portanto, a condição primária de um diálogo enriquecedor é o respeito pela intervenção do outro.

&

PRINCESA ISABEL E A LEI DO VENTRE LIVRE

texto HERBERT CARVALHO

Banida pela República, Isabel recusou liderar a restauração da Monarquia. Duas efemérides que transcorrem em 2021 evocam a personagem feminina mais citada na História do Brasil: a morte da princesa, no exílio, em 14 de novembro de 1921, há um século, e a Lei do Ventre Livre, por ela promulgada em 28 de setembro de 1871, há 150 anos – portanto, durante a primeira de suas três regências na ausência do pai, D. Pedro II.

Na última vez que ocupou o trono, Isabel enterraria de vez o regime escravista ao assinar a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. A popularidade obtida nesses episódios lhe valeu o título de “A Redentora” – conferido pelo mulato e abolicionista José do Patrocínio – mas não foi suficiente para garantir à dinastia dos Bragança e Orléans um Terceiro Reinado, descartado pela Proclamação da República, em 1889.

A Lei do Ventre Livre – que concedia liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir daquela data, evitando a renovação da escravidão e tornando seu término uma questão de tempo – está tão vinculada à princesa que o bairro carioca agraciado com o seu nome na zona Norte do Rio de Janeiro, a Vila Isabel, tem como principal via o Boulevard 28 de Setembro.

Até a década de 1860 a única medida de restrição ao regime servil havia sido a proibição ao tráfico negrei-

ro por meio da Lei Eusébio de Queiroz, arrancada pela pressão inglesa dez anos antes. Em 1863, denúncias de cativo ilegal levaram à ruptura diplomática entre o Brasil e a Grã-Bretanha. Em paralelo, os trabalhos forçados eram extintos na Rússia e logo seriam banidos nos Estados Unidos, ao término da Guerra Civil.

O emancipacionismo internacional, combinado às revoltas de escravos que emergiam por todo o Império, levaram D. Pedro II a pedir aos legisladores, na Fala do Trono de 1867, projetos para extinguir a escravidão de modo gradual. A Guerra do Paraguai (1865-1870) interrompeu as discussões, retomadas em 1871, quando o Visconde do Rio Branco levou o seu Partido Conservador a somar com os deputados do Partido Liberal, para fazer passar na Câmara a liberdade para os nascituros. A marca de 65 votos contra 45 assinala a resistência encontrada.

Princesa Isabel – Auguste Pettit (c. 186-). Fonte: Museu Histórico Nacional/IBRAM. Disponível em <http://mh.n.museus.gov.br/reserva-technica/retrato-pintura-219/>



O cerne da Lei do Ventre Livre estabelecia que os “ingênuos”, como passaram a ser chamados os filhos de escravos nascidos livres, seriam criados pelos senhores de suas mães até os oito anos. A partir daí, o proprietário teria duas opções: receber do Estado a indenização de 600 mil réis ou utilizar-se dos serviços do menor até os 21 anos. Esta última foi a escolha da quase totalidade dos senhores, o que fez com que a lei, do ponto de vista da efetiva emancipação, tivesse efeito nulo, já que o prazo só acabaria a partir de 1892, dois anos depois da Abolição definitiva.

Além de pôr fim à perpetuidade da escravidão, ainda que com excessiva lentidão, outros artigos da lei desagradavam os escravagistas. Criava-se uma matrícula de todos os escravos do País e quem não estivesse matriculado seria

considerado livre. Reconhecia formalmente a existência de famílias escravas, cujos membros não podiam mais ser separados. Os senhores também passaram a ter a obrigação de alforriar todo e qualquer escravo que conseguisse reunir a quantia pela qual fora comprado. Estes dispositivos transformaram os tribunais em instrumentos de abolicionistas como Luís Gama, que libertou a si próprio e a mais de 500 escravos por via judicial.

A Lei de 1871 produziu os primeiros abalos na sustentação do trono pela aristocracia rural, que iniciou sua transição para o apoio ao movimento republicano. Desencadeou também o processo de importação de outros braços para a lavoura, em especial a cafeicultura paulista, por meio da imigração massiva. Todas essas consequências,

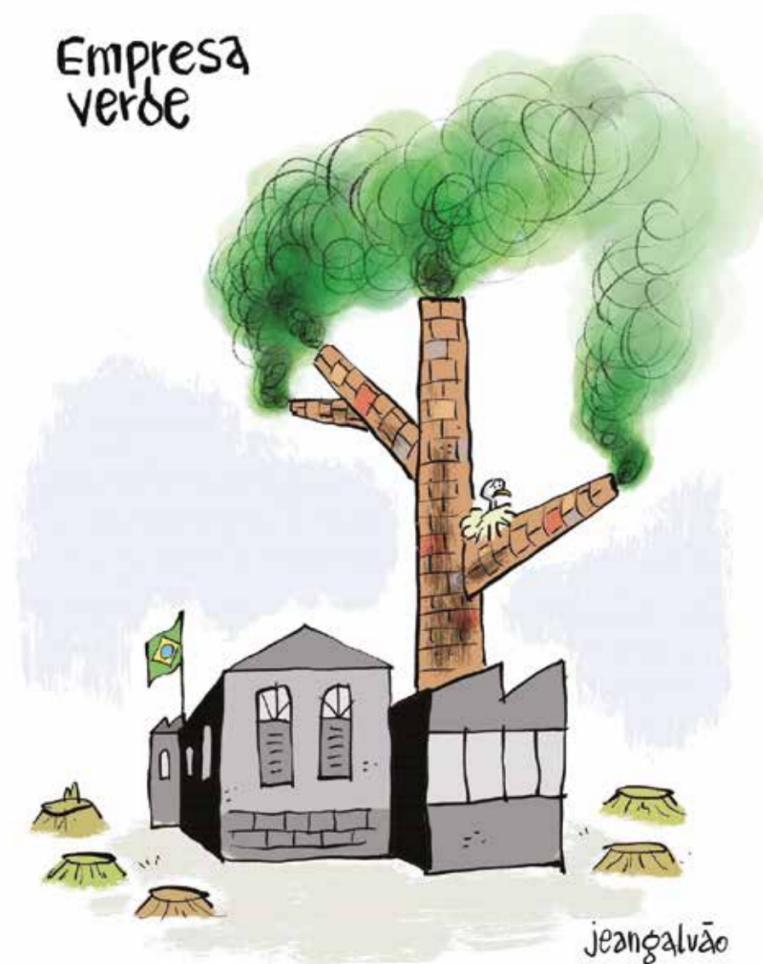
porém, estavam longe das preocupações daquela jovem de 25 anos sem experiência política, colocada à frente de um gabinete ministerial composto de sete homens maduros e circunspectos para governar, ainda que temporariamente, um país de 10 milhões de habitantes e dimensões governamentais, de acordo com a descrição de Laurentino Gomes no bestseller *1889*.

Embora educada com esmero, a herdeira do Trono não correspondia à idealização que se faz da figura de uma princesa. Tinha baixa estatura, era obesa e desprovida de sobranceiras. “Para que não te surpreendas ao conhecer minha Isabel, aviso-te que ela nada tem de bonito”, resumiu em carta a irmã ao marido Gastão de Orléans, o conde d’Eu, aristocrata francês escolhido para desposá-la.

Sem interesse por política, dedicava-se de corpo e alma à vida doméstica e à criação dos filhos. Profundamente religiosa e conservadora, ao receber do papa Leão XIII uma honraria do Vaticano, a Rosa de Ouro, prestou-lhe um juramento de obediência que despertou na opinião pública a dúvida: seria ela mais fiel à Igreja ou ao Brasil? Para completar, foi acusada de ser excessivamente submissa ao marido, que, além de estrangeiro, tinha a biografia manchada por massacres cometidos sob suas ordens na fase final da Guerra do Paraguai.

Banida com toda a família real pela República, a Princesa Isabel morreu na França, aos 75 anos. Antes disso, recusou apelos de seguidores para liderar esforços pela restauração da Monarquia. Seus restos mortais repousam na catedral de Petrópolis (RJ), ao lado do conde d’Eu, do pai e da mãe, Pedro II e Teresa Cristina. Admiradores monarquistas postularam oficialmente sua canonização perante a Arquidiocese do Rio de Janeiro.

&



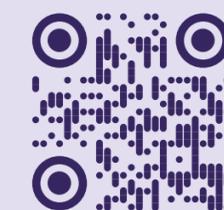
Quer ver mais ciência na imprensa brasileira?

bori agência

A Bori conecta ciência e imprensa
para incentivar a cobertura
jornalística baseada em evidências.

Apoie a Bori.

abori.com.br | bori@abori.com.br



A REPRESENTATIVIDADE QUE NÃO É “SÓ DA BOCA PARA FORA”.

Tem muita gente por aí que fala demais e promete muito.

E este, definitivamente, não é o nosso caso: nós fazemos e cumprimos (até comentamos pouco sobre as nossas entregas). Todos os dias, encaramos o desafio de estabelecer um ambiente de negócios favorável ao empreendedorismo.

Nossas ações e decisões envolvem empresários, lideranças empresariais, gestores, consultores, formadores de opinião e especialistas que são referências em suas áreas.

Ao seu lado, identificamos as dores e as necessidades do empreendedor, organizamos demandas e elaboramos pleitos que encaminhamos a todas as esferas governamentais.

Somente nos primeiros 6 meses da pandemia, endereçamos um total de 117 pleitos ao Poder Público, elaborados ao lado de 24.157 empresas.

Aliás, uma das nossas conquistas mais relevantes no período impediu um colapso logístico, garantiu a entrega de mercadorias à população, possibilitou a sobrevivência de milhares de empresas e ainda foi decisivo para o e-commerce crescer 6 anos em 6 meses.

É assim que trabalhamos em torno de diferentes aspectos que afetam diretamente a vida de empreendedores e cidadãos brasileiros. Acreditamos que diálogo e mobilização sejam as bases de uma representatividade efetiva e com propósito.

Por isso devem estar lado a lado na busca pela desburocratização, pela modernização e pela simplificação que buscamos para o País.

Quer saber mais e fazer parte?

Acesse: representa.fecomercio.com.br/advocacy

Empreendedorismo | Representatividade | Mobilização

Advocacy FecomercioSP. Tudo por sua causa.

